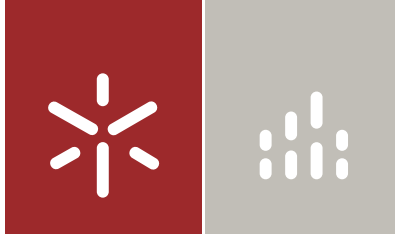




Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Carlos Manuel Teixeira Maçaira

Processo SAAL - O contributo para a
concepção arquitectónica da habitação social



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Carlos Manuel Teixeira Maçaira

Processo SAAL - O contributo para a
concepção arquitectónica da habitação social

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura

Trabalho efetuado sob a orientação do
Eduardo Jorge Cabral dos Santos Fernandes

outubro de 2015

Anexo 3

DECLARAÇÃO

Nome

Carlos Manuel Teixeira Maçaira

Endereço electrónico: carlosmacaira@gmail.com

Telefone: 968112737

Número do Bilhete de Identidade: 10370932

Título dissertação

Processo SAAL - O contributo para a concepção arquitectónica da habitação social

Orientador(es):

Eduardo Jorge Cabral dos Santos Fernandes

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao Grau de Mestre em Arquitectura

Nos exemplares das teses de doutoramento ou de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é obrigatoriamente enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca Nacional e, pelo menos outro para a biblioteca da universidade respectiva, deve constar uma das seguintes declarações:

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Aos meus pais, irmã, Francisco, Jorge, Pedro

e a todos os que me apoiaram.

Ao Prof. Arquitecto Eduardo Fernandes,

pela ajuda na realização desta dissertação.

Aos moradores do Bairro do Leal, Antas, Contumil e Maceda

pela simpatia com que sempre me receberam.

Resumo

O SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), criado pelo Governo logo após o 25 de Abril para responder à solicitação de moradores mal alojados, foi responsável pela construção de dezenas de novos bairros em diferentes zonas do país. A nova metodologia utilizada por este serviço permitiu aos arquitectos intervenientes, juntamente com a participação dos moradores, desenvolver soluções habitacionais totalmente distintas das usadas até aí.

A cidade do Porto, assolada com problemas graves de habitação desde o séc. XIX, possui muitos exemplos distintos de modelos habitacionais destinados à população mais pobre, o que a torna ideal para este tipo de estudo. Nesta dissertação, realizou-se uma análise dos diferentes tipos de bairro social construídos anteriormente, identificando os critérios que os conceberam; partindo dessa contextualização, foram estudados alguns dos bairros construídos pelo SAAL na cidade, analisando a sua evolução até aos dias de hoje. Procurou-se demonstrar os contributos deste serviço para uma resposta mais eficaz às necessidades das populações mais carenciadas.

Abstract

The SAAL (Service of Local Ambulatory Support), created by the Government after the April 25 to answer to the request of poorly housed residents, was responsible for the construction of dozens of new neighborhoods in different areas of the country. The new methodology used by this service allowed to the architects involved, along with the participation of residents, develop housing solutions totally different from the used until then.

The city of Porto, with serious housing problems since the XIX century, it has many different examples of housing models for the poorest people, making it ideal for this type of study. In this dissertation, took place an analysis of the different types of social neighborhood built previously by identifying the criteria used to conceived them; starting this context, we studied some of the neighborhoods built by SAAL in the city, analyzing its evolution to the present day. We tried to demonstrate the contributes of this service for a more effective answer for the needs of the neediest populations.

Índice

Introdução | 9

1. A habitação económica antes do SAAL | 13

1.1. As ilhas – o problema de uma solução | 15

1.2. Primeira República – primeiras experiências | 21

1.3. Entre a “casa portuguesa” e o bloco habitacional | 29

2. O Processo SAAL | 51

2.1. Da implementação à extinção | 53

3.2. Do dogma à aproximação ao real | 63

2.3. As soluções do SAAL | 75

3. O SAAL do Porto | 87

3.1. Bairro do Leal | 89

3.2. Bairro das Antas | 97

3.3. Bairro do Contumil | 101

3.4. Bairro da Maceda | 107

Conclusão | 115

Bibliografia | 119

Introdução

O objectivo desta investigação visa dar um contributo para o entendimento da importância do Processo SAAL, enquanto concepção arquitectónica da habitação económica. O interesse pelo tema da habitação social decorre da percepção da disparidade de recursos das populações na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, a tendência da concentração da população nas periferias à medida que os centros das cidades vão ficando vazios, coloca um novo problema que, hoje, já não está no número mas sim na forma de habitar. Surge daqui a questão do papel social do arquitecto como técnico que toma opções que se concretizam em objecto construído e que afectam o destinatário/família através da habitação, as relações entre moradores através do bairro e em última instância, todos os habitantes do meio em que está inserido mediante as dinâmicas positivas ou negativas geradas.

O SAAL, criado logo após o 25 de Abril, partia de princípios metodológicos até aí nunca equacionados, que se materializaram em diferentes soluções e propostas para distintos contextos e situações que surgiam por todo o país. Procurou-se, através da análise dos vários programas e modelos de habitação social anteriores, traçar o seu percurso evolutivo determinando as suas condicionantes, de forma a enquadrar a nova metodologia introduzida com o SAAL e os seus contributos para uma resposta mais eficaz aos problemas habitacionais. A cidade do Porto, assolada com problemas graves de habitação desde o séc. XIX, possui um manancial de exemplos e tipos de habitação destinados à população mais pobre, concebidos sob diferentes critérios e regimes, com diferentes escalas e incidências sobre a cidade, o que a torna ideal para este tipo de estudo. Também a actividade do SAAL nesta cidade teve contornos relativamente distintos das restantes zonas do país, derivados do tipo habitação característico da cidade (as ilhas) e da sua localização na cidade.

Sendo assim, a dissertação organiza-se em 3 capítulos. Considerando-se pertinente enquadrar o programa SAAL num contexto social, político e cultural até ao seu

aparecimento, o primeiro capítulo, “A habitação económica antes do SAAL”, centra-se nas iniciativas de promoção habitacional anteriores, onde as questões tipológicas e urbanísticas das soluções determinadas até então serão o principal foco. Iniciando-se com as ilhas, como o primeiro tipo de habitação criado, por iniciativa privada, especificamente para albergar a população operária, seguindo-se a fase da Primeira República, onde surgem as primeiras experiências para resolver o problema das ilhas, depois os Bairros de Casas Económicas do Estado Novo e finalmente os bairros do Plano de Melhoramentos construídos pela Câmara Municipal do Porto (CMP).

O segundo capítulo, “O Processo SAAL”, é dedicado à constituição do programa, à exposição das premissas e ideias que estão na sua génese, aos objectivos e ao modo de funcionamento das operações, assim como às contrariedades que se traduziram em intervenções inacabadas e que levaram progressivamente à sua paralisação, pelo menos enquanto programa de iniciativa estatal. Para terminar este capítulo, revela-se crucial demonstrar a heterogeneidade inerente à sua metodologia através da análise de alguns bairros do resto do país destacando as principais questões que influenciaram as soluções desenvolvidas.

No terceiro e último capítulo, “O SAAL do Porto”, consiste na análise de casos de estudo escolhidos entre as operações SAAL desta cidade, procurando destrinçar as particularidades de cada caso e entender as evoluções que tiveram, quer na envolvente (casos do Leal e Antas), quer nas transformações ocorridas no próprio bairro (exemplos do Contumil e Maceda), para avaliar a validade actual dos princípios identitários do SAAL.



Fig. 1 Traseiras de uma ilha da zona das Antas, Porto (autor)

1. A habitação económica antes do SAAL

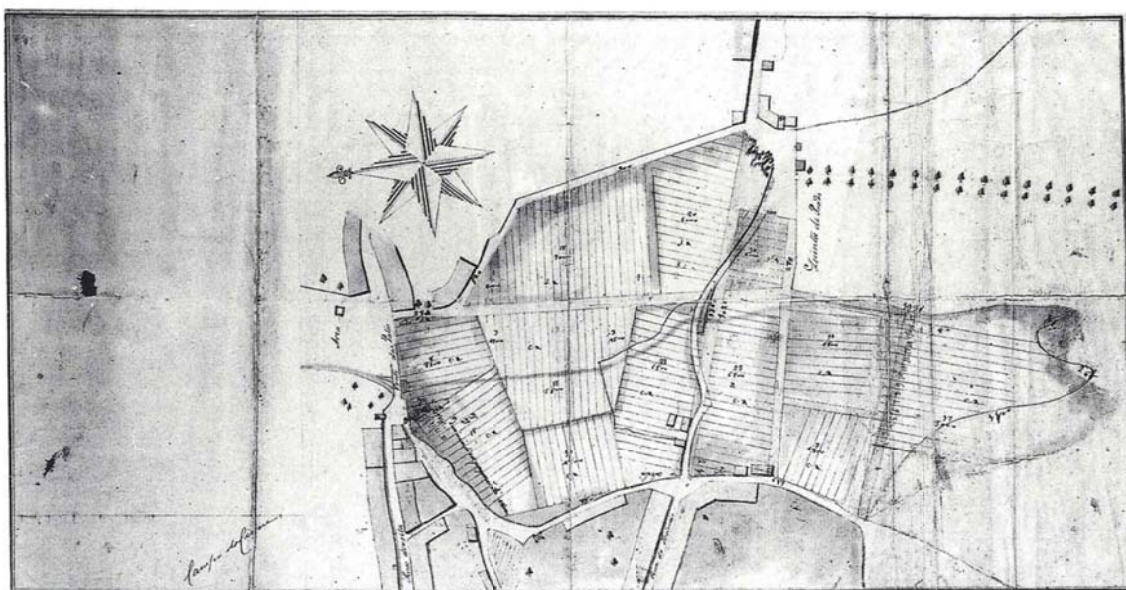


Fig. 2 Loteamento do solo em lotes regulares do princípio do séc. XIX (TEIXEIRA, Manuel C., Habitação popular..., pág. 128).

1.1. As ilhas – o problema de uma solução

A cidade do Porto vinha desde finais do séc. XVIII, como as demais cidades que desenvolveram indústria, a assistir a um progressivo crescimento de população originária dos meios rurais, o que originou um repentino desequilíbrio entre as necessidades e a disponibilidade de alojamento. Após a sobreocupação do envelhecido centro histórico durante a primeira metade do séc. XIX, as denominadas “ilhas”, genericamente caracterizadas como habitações em banda construídas no interior dos quarteirões, foram a forma desenvolvida para dar resposta à intensificação da afluência de população que vinha à procura de trabalho no sector industrial, sendo por isso qualificada como “habitação operária”. Este tipo de habitações “*não se inspiraram em formas de habitação tradicionais, quer rurais quer urbanas*”¹, devendo as suas características morfológicas e tipológicas à correlação de dois factores: a forma de desenvolvimento da estrutura urbana do Porto do séc. XIX e as características socioeconómicas dos seus promotores.

Ao conjunto de transformações urbanas² ocorridas durante a segunda metade do séc. XVIII, que permitiram a posterior expansão do núcleo portuense, estava implícito uma “*ideia global e unitária da cidade*”³. O conceito de regularidade que entretanto começa a reger o desenho urbano, leva à adopção de estudos de fachadas uniformes para ruas inteiras, “*às quais se deveriam submeter os projectos apresentados pelos particulares*”⁴, bem como a aplicação de um loteamento padrão para as novas áreas de expansão. Enquanto a profundidade destes lotes podia variar, podendo em alguns casos atingir os 100 metros, a largura seria por sua vez normalizada pelo processo construtivo disponível na época, sendo adoptada a medida entre os 5,5 e os 6 metros que correspondia ao vão máximo que as vigas de madeira podiam atingir.

¹ TEIXEIRA, Manuel C., Habitação popular na cidade oitocentista, as ilhas do Porto, pág. 60

² Sob a governação dos Almadás “*foram construídos quatro grandes eixos, destinados a sustentar o futuro crescimento urbano: a Rua do Almada (1762-64), a Rua de Stª Catarina (1774), a Rua Direita de Stº Ildefonso (1778) e a Rua de Cedofeita (1782)*”. *Idem*, pág. 108

³ FERRÃO, Bernardo, Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás 1758/1813, pág. 205

⁴ *Idem*, pág. 235

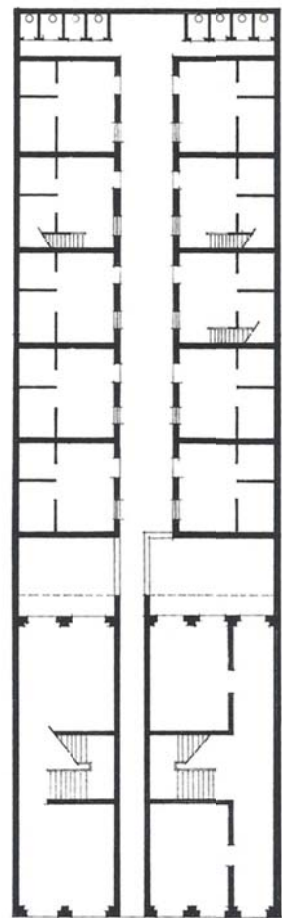


Fig. 3 a) Casa de classe média com entrada para uma ilha (TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação popular...*, pág. 187).
b) Morfologia básica de uma ilha (*Idem*, pág. 192).

Com a nova concepção do espaço urbano, que converte o lote na “*unidade fundamental do desenvolvimento da cidade*”, concorre a ideologia liberal introduzida após as convulsões urbanas da primeira metade do séc. XIX (a revolução burguesa de 1820 e a guerra civil de 1832-34), que valida o seu uso de forma individualizada “*sem ter em conta nenhum plano global*”.⁵ Estando o desenvolvimento urbano dependente da iniciativa privada, a resposta à crescente afluência de população ficou igualmente refém destes interesses, mais concretamente dos da classe média mercantil (de quem partiu e praticamente se resumiu a iniciativa), que vê na construção de habitação para os operários uma oportunidade para expandir as suas fontes de rendimento. Adequando a dimensão do investimento às condições económicas de que dispunham, a construção de habitações atrás da própria habitação permitia um retorno considerável face ao investimento inicial. A forma do lote, estreito e comprido, vai exercer aqui, enquanto condicionante física, uma forte influência no esquema base desenvolvido para as ilhas. Aproveitando-se os muros que delimitam os lotes ou mesmo as traseiras de outra ilha construída ao lado, a largura do lote era repartida em 4 metros para a profundidade da casa e o restante para o corredor de acesso, repetindo-se novamente 4 metros na largura para se poder, através da disposição em banda, tirar partido da profundidade do lote para construir o máximo de casas possível.

A complementar a correlação destes factores, estava o facto de as ilhas, ao serem imperceptíveis a partir da rua, não só constituíam condição para a segregação social através da organização espacial (aliás, a própria designação de “ilha” é denotativo do carácter de isolamento), como as colocavam à margem de qualquer controlo por parte do poder local, uma vez que a regulamentação da Câmara apenas colocava os edifícios que faziam a frente de rua sob controlo. Mesmo com o alargamento da fiscalização depois de 1889, ela apenas abrangia os edifícios construídos até cinco metros de distância da rua, o que continuava de forma “legal” a justificar a “*completa indiferença da Câmara em relação à construção de ilhas e às condições de vida dos seus habitantes*”

⁵ TEIXEIRA, Manuel C., Habitação popular na cidade oitocentista, as ilhas do Porto, pág. 109



Fig. 4 Fachada e entrada de uma ilha na zona das Antas, Porto (autor).

*durante a maior parte do século XIX*⁶.

Por muito precárias que fossem as condições oferecidas, esta actividade era sustentada pela proximidade oferecida aos locais de trabalho e pela dimensão da procura que não possuía meios económicos para optar por melhor, dado que o sector industrial sustentava-se por sua vez nos baixos salários praticados, embora o suficiente para atrair o êxodo rural. O conflito gerado entre o interesse dos promotores pelo aumento dos lucros e o dos patrões por uma habitação que não pesasse demasiado no orçamento dos trabalhadores para a manutenção dos baixos salários, repercutiu-se nas poucas tentativas que surgiram em proporcionar melhores condições de habitabilidade, dado que também exigiam investimentos mais elevados.⁷

Estavam portanto reunidas as condições para a repetição contínua de um esquema cuja *“lógica modular foi utilizada em largos terrenos que já nada tinha a ver com a forma dos talhões que lhes deram origem, tendo existido até, em tempo intermédio, projectos de raiz para casas de talhão estreito ou duplo com ilha incluída.”*⁸ Mesmo em zonas da cidade pouco apetecíveis para a construção de casas por parte da burguesia, quer pelo afastamento em relação ao centro da cidade quer pela concentração de indústria, as ilhas, que aqui faziam a frente de rua em vez da comum habitação burguesa, mantinham o mesmo esquema organizativo e características morfológicas: dimensões exíguas, uma única fachada livre apenas com porta e uma pequena janela, três divisões que tentavam assumir as diferentes funções de uma casa, sem abastecimento de água nem saneamento com instalações sanitárias que se resumiam a latrinas construídas ao fundo da ilha que serviam todos os moradores.

A proliferação por toda a cidade deste tipo de habitação precária subsistiu até se ter tornado numa fonte de insalubridade insustentável para os seus habitantes, transformando esta “solução” única num problema para a cidade do Porto.

⁶ *Idem*, pág. 120

⁷ *“Foi o caso quer do Bairro Herculano quer do Bairro do Vilar, em que os seus promotores ficaram arruinados na sequência desta tentativa de construir habitação operária de melhor qualidade”, Idem*, pág. 151

⁸ COSTA, A. Alves, “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano”, pág. 32

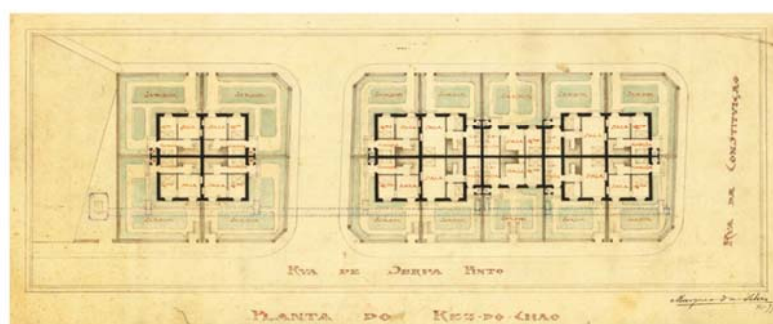
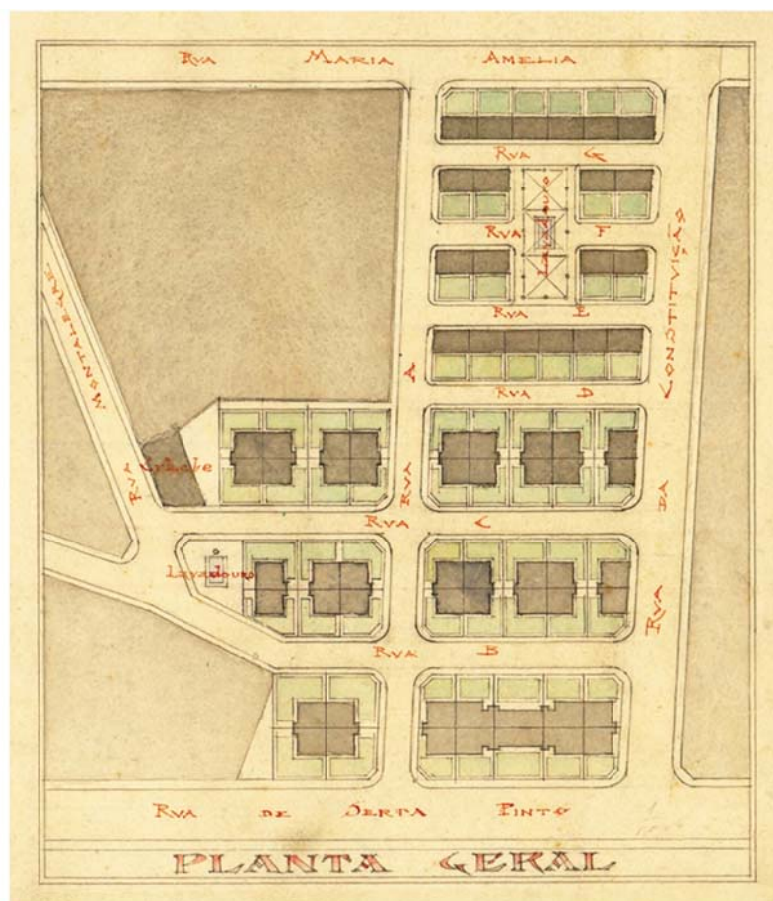


Fig. 5 Bairro de Monte Pedral, plantas de implantação e das habitações (Eliseu Gonçalves - O Bairro do Monte Pedral..., pág. 106) e fotos do estado actual (autor).

1.2. Primeira República – primeiras experiências

Só depois da população do Porto ter praticamente duplicado⁹ durante a segunda metade do séc. XIX e dos problemas de um tipo de habitação, totalmente definido pelos interesses particulares dos seus promotores, terem começado a afectar de forma transversal as diversas classes, é que as entidades locais despertaram para o problema da habitação. No mesmo ano da “*epidemia de peste bubónica que devastou a cidade*”¹⁰, em 1899, a Câmara Municipal do Porto (CMP) passa das medidas legais de controlo sanitário, que nunca alcançaram efeito prático¹¹, para o envolvimento directo na promoção de habitação para a classe operária, com a cedência de terrenos para a construção do Bairro de Monte Pedral, da autoria do arquitecto José Marques da Silva. Nascido da iniciativa do jornal “*O Comércio do Porto*” com o auxílio de “cidadãos beneméritos”, o bairro de Monte Pedral materializa a necessidade da criação de uma política concreta de habitação e da reformulação, desde a escala urbana à doméstica, da habitação destinada à classe operária.

Neste bairro, Marques da Silva introduz uma nova tipologia para o contexto portuense, recorrendo ao modelo tornado popular pelas iniciativas da *Société Mulhousienne des Cités Ouvrières*, e que certamente não terão passado despercebidas durante a sua permanência em Paris, onde a discussão sobre a habitação operária tinha ocorrido muito antes. O agrupamento de habitações individuais vem romper com o esquema do quarteirão tradicional do séc. XIX e eliminar a “rua corredor”, deixando a habitação de estar contígua à rua e passando a existir um jardim ou logradouro a fazer a separação entre o espaço público e privado. Para além de estabelecer uma melhor relação com a luz e o ar, este modelo também se distanciava da imagem das “*fileiras de casas que possam lembrar as ilhas do Porto*”¹², ao contrário de outro bairro também promovido pelo “*O Comércio do Porto*”, o Bairro de Lordelo do Ouro (1901-03) com as

⁹ TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, pág. 83

¹⁰ GROS, Marielle, *O Alojamento Social...*, pág. 99

¹¹ *Idem*, pág. 10

¹² CARQUEJA, Bento, *O Futuro de Portugal*, in GROS, Marielle, *O Alojamento Social...*, pág. 104

29 habitações dispostas numa única banda. No interior, as diferentes funções passam a estar claramente diferenciadas assim como as áreas comuns das privadas, organizando-se no piso térreo a sala, cozinha e um quarto e no andar superior dois quartos e um sótão. Num contexto de alarmismo sobre as questões de higiene, as instalações sanitárias eram obviamente alvo de especial atenção, razão pela qual se tenha optado, no bairro de Monte Pedral, pelo quarto de banho na cave e um pequeno WC acedível pelo exterior, colocado junto ao eixo de simetria, elemento que caracterizará a volumetria deste tipo de habitação.

O plano que Marques da Silva desenha para o bairro, previa não só habitações “quadruplas” como também habitações em banda, para além de lavadouros públicos. Da possível preocupação com o ritmo volumétrico que justifique as diferentes soluções, poder-se-á ao mesmo tempo retirar uma leitura de hierarquização social que contrapõe as “fileiras de casas” e a simulação da casa burguesa isolada rodeada pelo jardim. De facto, esta questão será uma constante que atingirá o seu apogeu durante o Estado Novo, como iremos ver mais adiante. Certo é que apenas se construíram numa primeira fase as 14 habitações que compõem os conjuntos virados para a rua Serpa Pinto (actualmente existem 10), sendo posteriormente ampliado pelo município com mais três conjuntos, mas agora com desenho de Tomás Pereira Lopes¹³, totalizando (na altura) 26 habitações.

A inclusão de um espaço exterior privado em contexto urbano vem, por um lado, ampliar o conceito de habitação ao introduzir-se a palavra “*recreio*”¹⁴ no léxico associado às necessidades da classe operária, por outro lado, constitui um alibi para a manutenção dos baixos salários, uma vez que o proveito resultante da possibilidade de cultivar o próprio quintal é “*deduzido do custo necessário à reprodução da força de trabalho*”¹⁵. Este conjunto de contradições culminam com o facto de os destinatários não serem os que constituem a procura das ilhas, mas antes “*empregados, mestres de fábrica e outros que pela sua posição especial poderiam sem sacrifício pagar maior aluguer*”¹⁶,

¹³ José Manuel Lopes Cordeiro, “O Bairro do Monte Pedral”, (Público *online*, consultado 3.2.2015)

¹⁴ CARQUEJA, Bento, O Futuro de Portugal, in GROS, Marielle, O Alojamento Social..., pág. 104

¹⁵ *Ibidem*, pág. 103

¹⁶ CARDOSO, A., O Arquitecto José Marques da Silva..., pág. 120



Fig. 6 a) Colônia Antero de Quental, planta de implantação e planta das habitações (fonte: “do Porto e não só...”).
b) Colônia Estevão de Vasconcelos, planta de implantação e plantas das diferentes tipologias (*idem*).
c) Colônia Viterbo de Campos, planta de implantação, planta das habitações (*idem*) e foto actual (*autor*).
d) Colônia Dr. Manuel Laranjeira, planta de implantação e plantas das diferentes tipologias (*idem*).

expondo assim a verdadeira natureza desta iniciativa.

De qualquer forma, o bairro de Monte Pedral assinala o início da participação do município do Porto na construção de habitação operária, afirmando-se como uma referência para as iniciativas seguintes como é o caso do Bairro do Bonfim (1904), também da iniciativa do jornal portuense. Este bairro é constituído por dez conjuntos de quatro casas apresentando três tipologias que diferem apenas no número de quartos no piso superior. Embora se mantenham os elementos característicos, a forma rectangular do lote confere ao bairro uma imagem bem distinta da casa isolada e do carácter burguês que o bairro anterior apresentava, uma vez que aqui as casas encontram-se contíguas, sendo no entanto possível, devido ao volume mais pequeno do wc, ler-se a volumetria de cada conjunto.

Depois dos bairros d'O Comércio do Porto, com apenas 95 habitações construídas, se terem mostrado manifestamente insuficientes face às necessidades, a CMP decidiu entre 1914 e 1917 construir quatro “colónias operárias”. São elas: a Colónia Antero de Quental com 28 habitações construídas, a Colónia Estevão de Vasconcelos com 90, a Colónia Viterbo de Campos com 64 (das quais apenas existem actualmente 35 devido à construção da ponte da Arrábida), e a Colónia Dr. Manuel Laranjeira com 130 habitações. Novamente, o esquema da “casa quadrupla” importado por Marques da Silva é aplicado nestas colónias, sendo no entanto evidente a vontade de experimentar diferentes configurações volumétricas e organizações internas. A destacar, temos a excepção feita na colónia Dr. Manuel Laranjeira, onde são agrupadas 8 habitações originando desta forma pátios internos, tema que é aliás repetido em uma das três tipologias apresentadas pela colónia Estevão de Vasconcelos, mas agora num conjunto de 4 habitações. Ao contrário do que acontece nos bairros d'*O Comércio do Porto*, estas colónias são na sua tipologia mais recorrente de um único piso, com sala, cozinha e dois quartos, o que coloca nalguns casos dificuldades na interdependência das várias funções, nomeadamente à sala que se transforma num espaço de distribuição para as restantes divisões, excepto o quarto de banho que continua a ser acedido através do exterior. Como excepções, surgem exemplos de tipologias de 2 pisos na colónia Dr.



Fig. 7 Bairro Social da Arrábida (Bairro Sidónio Pais), planta de implantação, plantas do rés-do-chão e do piso superior (fonte: “do Porto e não só...”) e fotos actuais (autor).

Manuel Laranjeira, na colónia Viterbo de Campos (representando aliás a única opção tipológica desta colónia) e na colónia Estevão de Vasconcelos, sendo que neste último caso materializa-se em rés-do-chão e cave (com três quartos), salientando-se também o facto de se tratar do primeiro exemplo que apresenta o quarto de banho completamente integrado no volume da casa. Por último, mas não menos importante, diz respeito à contemplação de espaços públicos, gerados por lotes não edificadas nas colónias Viterbo de Campos e Dr. Manuel Laranjeira, manifestando a importância da integração de espaços públicos em bairros operários.

Da parte do Estado era reconhecido que o problema das habitações insalubres continuava muito longe de estar resolvido, pelo que em 1918 surge, por meio de legislação, um incentivo para a iniciativa privada na construção de “casas económicas”¹⁷. Contudo, os efeitos não se fizeram sentir, sendo o único resultado prático na cidade do Porto promovido pelo município, o Bairro Sidónio Pais, hoje designado por Bairro Social da Arrábida. Ao contrário da forma de agrupamento de habitações da uma mesma tipologia generalizado nos bairros anteriores, aqui retoma-se o tema do quarteirão. Apesar da contiguidade das habitações, a solução encontrada que articula diferentes tipologias duas a duas, com excepção das que definem os cunhais, atribui um carácter heterogéneo ao bairro pelas diferentes altimetrias e pelos avanços e recuos das fachadas em relação à rua. Quanto à organização interna, as diferentes soluções diferem sobretudo no número de quartos, desde o tipo mais simples (T0), que não possui nenhum espaço exclusivo a esta função, até dois quartos, que correspondem às habitações de dois pisos (T2 e T2-cunhal).¹⁸

Apesar de manifestamente insuficientes, dadas as necessidades de alojamento, e da permanência do fenómeno das ilhas e os consequentes problemas sanitários, as

¹⁷ “Artigo 1.º Consideram-se casas económicas para os efeitos da aplicação deste decreto, as casas que se destinarem ao alojamento das classes menos abastadas, construídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam às condições de salubridade e preço abaixo designados.” in Diário do Governo de 25 de Abril de 1918, Decreto-lei n.º 4137

¹⁸ É de notar que o desenho do bairro nasce muito mais de um jogo geométrico experimental entre diferentes plantas e de preocupações de simetria, do que propriamente de uma clara concepção espacial de uma habitação, sobretudo se olharmos para a planta da variante T1 e verificarmos o considerável dispêndio de área habitável num espaço apenas de distribuição, não sendo, contudo, de menosprezar a independência que concede a cada divisão.

realizações efectuadas no período da Primeira República constituíram as primeiras experiências para os programas que se viriam a realizar mais tarde, sob diferentes concepções, durante o Estado Novo. Estes assumem especial importância pela sua dimensão em termos de número de habitações construídas e repercussão na configuração urbana, mas sobretudo para o entendimento do percurso evolutivo da concepção arquitectónica da habitação social na cidade do Porto.

1.3. Entre a “casa portuguesa” e o bloco habitacional

Com o Estado Novo, as preocupações com a falta de alojamento para as classes mais pobres assim como as questões sanitárias deixam de ser a exclusiva motivação para a intervenção directa do Estado na promoção de habitação, passando a coexistir com motivações de outra natureza. Certo é que a questão da habitação cedo se transformou num mecanismo para a consolidação de um regime ditatorial assente na segregação e repressão social, para a qual contribuía a procura de um estilo nacional para a arquitectura e consequente atitude de total recusa perante qualquer influência modernista.

Em 1933, o Estado remete para si todas as responsabilidades relativamente à promoção habitacional através da implementação dos “Bairros de Casas Económicas” (BCE), constituindo a “solução” do Estado Novo para o problema da habitação. Estes bairros, construídos por todo o país¹⁹, são formados por habitações unifamiliares agrupadas em conjuntos de duas ou quatro habitações, todas com jardim e um pequeno quintal nas traseiras. Com o objectivo de se ajustar aos diferentes rendimentos das famílias que passavam no crivo do Estado, as casas eram diferenciadas em *classes A, B, C e D* (sendo que a *C* e *D* surgiram mais tarde), o que na prática se reflectia nas

¹⁹ No Porto construíram-se 12 bairros totalizando 2378 habitações: o Bairro do Ilhéu em 1935; o Bairro das Condominhas em 1937; o Bairro do Amial em 1938 e ampliado em 1958; os Bairros da Azenha, de Paranhos e de Ramalde em 1939; os Bairros de Costa Cabral e de S. Roque da Lameira em 1942; o Bairro de Gomes da Costa em 1950; os Bairros de António Aroso e da Vilarinha em 1958; e o Bairro do Viso em 1965; (ver GROS, Marielle, O Alojamento Social..., pág. 163)

dimensões e na distinção da qualidade construtiva. Por sua vez cada uma possuía as variantes *tipo I, II, III* e mais tarde o *tipo IV* em substituição do *tipo I*, que correspondia ao número de assoalhadas.

No contexto ideológico do Estado Novo, a habitação unifamiliar representava um “*instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente*”²⁰, para além de que o carácter “humilde” da habitação tinha que se diferenciar claramente da monumentalidade que se pretendia para os edifícios de representação estatal, de influência nazi. O discurso do estilo nacional, que fazia uso da obra teórica e construída de Raul Lino como sustentação desta ideologia (em oposição com a corrente modernista praticada por arquitectos como Cassiano Branco, Carlos Ramos, Viana de Lima, entre outros), teve como resultado a inclusão de um modo generalizado de elementos decorativos (como o alpendre, arcos, beirais, cunhais de cantaria, etc.), fruto de “*uma falsa interpretação da Arquitectura antiga*” e que “*não introduziu em Portugal qualquer coisa de novo, pelo contrário, veio atrasar todo o desenvolvimento possível da nossa Arquitectura*”²¹.

Apesar da propaganda da “casa portuguesa” e da defesa da habitação individual em detrimento da habitação colectiva, perante as experiências anteriores e os vários estudos realizados como o inquérito geral às ilhas, que em 1939 denunciava a existência de 1.156 ilhas com um total de 13.510 fogos, o município do Porto entendia que a solução para a cidade não poderia passar pelo recurso ao modelo da habitação unifamiliar. Aliás, já em 1936, um artigo de Monteiro de Andrade intitulado “Casas económicas” defendia que “*20 000 habitações deveriam ser construídas em 12 anos, em blocos de 4 andares no máximo*”²². Em 1940 é concluído o primeiro edifício de habitação colectiva, o Bloco da rua Duque de Saldanha com 115 fogos, construído em pleno centro da cidade perto da zona de S. Victor, a título de habitação provisória para os desalojados provenientes da demolição das ilhas da mesma área. Tendo em

²⁰ Diário do Governo de 12 de Agosto de 1938, Decreto-lei n.º 28912

²¹ TÁVORA, Fernando, “O Problema da Casa Portuguesa”, in Trigueiros, pág.11

²² in “Boletim de Higiene e Sanidade Municipais n. 3”, GROS, Marielle, O Alojamento Social..., pág. 172

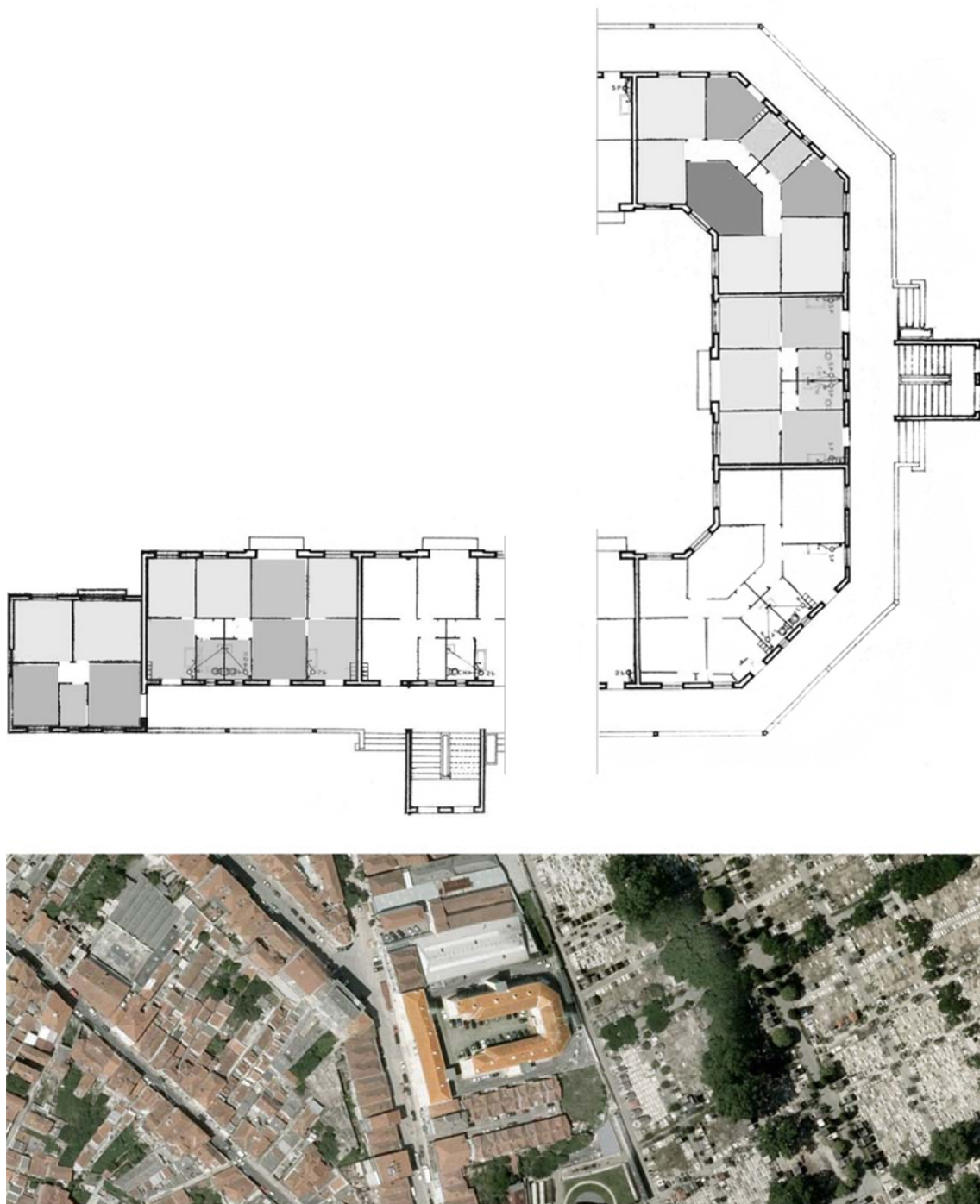


Fig. 8 Bloco Duque de Saldanha, imagem aérea e plantas de diferentes tipologias (fonte: “do Porto e não só...”).

consideração as experiências até aqui realizadas é possível estabelecer alguns paralelismos, nomeadamente com o bairro Sidónio Pais, pela opção plástica dos cunhais truncados que se repercute em diferentes configurações espaciais. O jogo compositivo entre dois fogos é novamente repetido, se bem que na versão multifamiliar consiste no encaixe de diferentes tipologias com o objectivo de uma economia com as paredes divisórias, resultante da concepção espacial assente numa matriz regular, denotando um certo pragmatismo e racionalidade longe do experimentalismo que se verificava no bairro Sidónio Pais. As galerias de distribuição abertas que se articulam com os volumes salientes de acesso vertical denotam a evidenciação pelo exterior das circulações horizontal e vertical, numa resposta às preocupações ideológicas do Estado relativamente a estes espaços “semipúblicos” que “*não são submetidos à vigilância da polícia*” nem “*pertencem propriamente aos locatários*”²³. Confrontada com a falta de apoio por parte do Estado, a Câmara não retomou este modelo nas iniciativas que se seguiram fazendo do Bloco Duque de Saldanha, qualificado como “*albergaria diabolicamente imaginada para o alojamento das classes trabalhadoras*”²⁴, o primeiro e único caso de habitação social multifamiliar no Porto em praticamente 15 anos.

A segunda metade da década de 40 fica marcada pelo interregno na construção de habitação de promoção estatal na cidade do Porto, que coincide também com o período de crescente contestação ao Estado Novo, para o qual contribuiu o desfecho da 2ª Guerra Mundial com o declínio dos regimes de Hitler e Mussolini, referências de Salazar. O modo de abordagem ao problema da habitação sob critérios ideológicos conservadores espoletou a necessidade de mudança de paradigma; o 1º Congresso Nacional de Arquitectura realizado em 1948 com a participação das organizações de arquitectos ODAM e ICAT (do Porto e Lisboa respectivamente) determina esse momento de ruptura. Nas várias teses apresentadas no segundo tema do congresso “O Problema Português da Habitação”, encontra-se patente a reivindicação dos princípios

²³ Manuel Vicente Moreira citado em GROS, M., O Alojamento Social..., pág. 120

²⁴ Alfredo de Magalhães citado em GROS, M., O Alojamento Social..., pág. 120

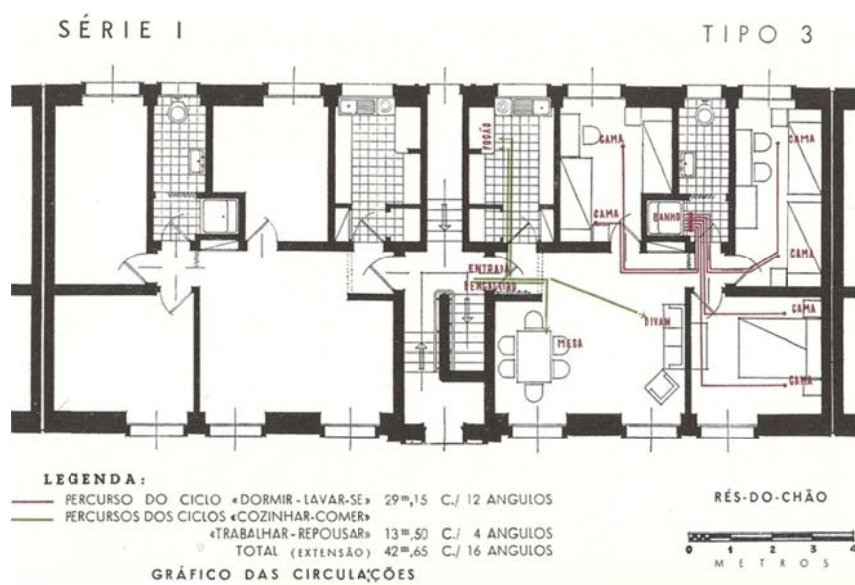


Fig. 9 Bairro de Alvalade, planta do tipo 3 (SNA, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, pág. 278).

do Movimento Moderno difundidos nos CIAM²⁵, onde se preconiza a habitação colectiva como a “*solução que melhor corresponde às múltiplas necessidades das populações*”²⁶ construída sob a “*forma radiosa proposta pela «Carta de Atenas»*”²⁷, para além da “*incontestável vantagem económica*”²⁸ em dependência da aplicação “*dos novos materiais e do emprego das novas técnicas, para dar satisfação às actuais exigências*”²⁹.

O Bairro de Alvalade de Miguel Jacobetty em Lisboa seria apresentado ainda em execução no Congresso, revelando o primeiro indicador da transigência do Estado Novo relativamente à escala dos empreendimentos, no sentido de uma resolução efectiva do problema de escassez de habitação. Para este momento contribuiu a integração do modelo de habitação colectiva, através de blocos de baixa altura de 3 e 4 pisos, numa linguagem “*ao gosto do Estado Novo*”³⁰. A disposição dos blocos à face da rua em modo de quarteirão, tal como estava definido no plano urbanístico de Faria da Costa onde estava integrado, bem como os espaços ajardinados a funcionarem mais como demarcação público/privado, revelava ainda, nestas questões, uma distância em relação aos conceitos modernistas mais tarde aplicados em projectos como o Bairro das “Estacas”³¹.

Seria no entanto, ao nível da concepção espacial das diferentes tipologias³² (cuja divisão em séries denota a permanência da estratificação social), que o bairro de Alvalade iria exercer a sua influência e exprimir a sua modernidade através da racionalidade funcionalista. A organização dos espaços interiores tinha como critério as

²⁵ Os CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna) tiveram início em 1928 na Suíça com a participação de vários arquitectos representantes de vários países, onde se defendia um modo diferente de pensar e fazer arquitectura de forma a “*aumentar a produção de casas e deixar para trás os métodos de uma era artesanal*”. FRAMPTON, Kenneth, História Crítica da Arquitectura Moderna, pág. 328

²⁶ António Lobão Vital, “A Casa, o Homem e a Arquitectura”, SNA, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, pág. 205

²⁷ Viana de Lima, “O Problema Português da Habitação”, *Idem*, pág. 217

²⁸ Jorge Segurado, “A solução vertical na habitação colectiva e os aposentamentos”, *Idem*, pág. 231

²⁹ Arménio Losa, “Indústria e Construção”, *Idem*, pág. 264

³⁰ FERNANDES, Eduardo, A Escolha do Porto..., pág. 129

³¹ Integrado no mesmo plano de Faria da Costa, os blocos de habitação projectados por Formosinho Sanchez e Ruy d’Athouguia a partir 1949 e concluídos em 1955 rompem com o conceito de quarteirão fechado, dispondo-se perpendicularmente à rua. A aplicação dos conceitos provenientes do Movimento Moderno é revelada pela inclusão dos *pilotis* que permitem uma continuidade espacial com percursos arborizados, para além da demarcada influência da “Unidade de Habitação” de Corbusier na composição das fachadas.

³² Ao todo existem nove tipologias diferenciadas em séries *I*, *II* e *III*. Elas variam na introdução de mais um quarto dentro de cada série, pela introdução de um escritório na série *II* e de um quarto para a criada e respectivo quarto de banho e wc na série *III*.

distâncias necessárias a percorrer entre as “*mais importantes funções da vida doméstica resumidas nos seguintes ciclos: «cozinhar – comer», «trabalhar – repousar» e «dormir – lavar-se»*”³³. Referente apenas às tipologias da série I, a cozinha e a sala localizam-se próximo mas não comunicam directamente com a entrada do fogo, adquirindo uma certa independência em relação ao momento de entrada, sem no entanto apresentar um corredor de distribuição assumido como tal, estando este integrado com o espaço da sala comum “*melhorando extraordinariamente o seu aspecto, conforto e eficiência*”³⁴.

Ainda a par com o problema das ilhas, o novo discurso iniciado com o Congresso de 48 não se fez sentir de forma imediata na cidade do Porto, registando ainda na primeira metade da década de 50 a construção de bairros municipais³⁵ sob o modelo defendido pelo Estado, assim como os BCE de promoção estatal que se foram construindo, ainda que de forma intermitente, até 1965. No programa do Estado Novo verifica-se mesmo o início de uma nova fase com a construção do bairro Gomes da Costa. A introdução das *classes C e D* e a substituição do *tipo I* pelo *tipo IV* veio tornar de forma mais evidente e objectiva o processo de hierarquização social em função das condições económicas das famílias, uma vez que os modelos mais caros foram progressivamente os mais reproduzidos. A classe mais acessível que antes correspondia a 79% do total das habitações passou a representar apenas 34% das habitações que se construíram depois de 1950³⁶. Estava assim posta a nu uma das muitas contradições do Estado Novo, com a construção de habitação “*fundamentalmente dirigida às classes médias, a sua principal base de apoio, ainda que no discurso oficial se procurasse dirigir às classes trabalhadoras*.”³⁷

Com a realização da Unidade Residencial de Ramalde (1952-60), a primeira experiência modernista no âmbito da habitação social no Porto, decorre não de uma

³³ Miguel Jacobetty, “Estudo de casas de renda económica”, SNA, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, pág. 277

³⁴ *Idem*, pág. 281

³⁵ Sob o modelo de habitação unifamiliar, a CMP construiu o bairro de S. João de Deus em 1944, o bairro S. Vicente de Paulo e respectivas ampliações entre 1950 e 1954, e o bairro da Rainha D. Leonor em 1953, totalizando 607 habitações; ver CMP, Plano de Melhoramentos, pág. 8

³⁶ GROS, Marielle, O Alojamento Social..., pág. 176-177

³⁷ TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, pág. 79

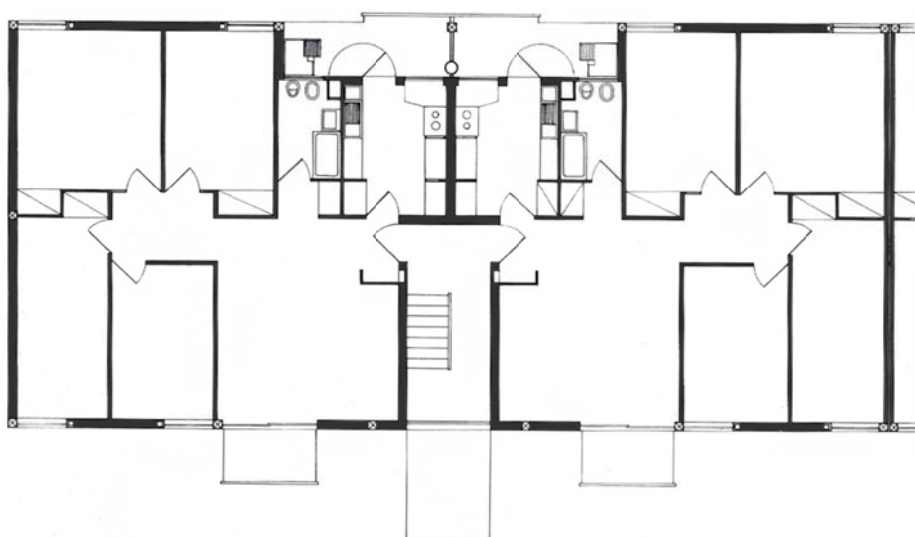
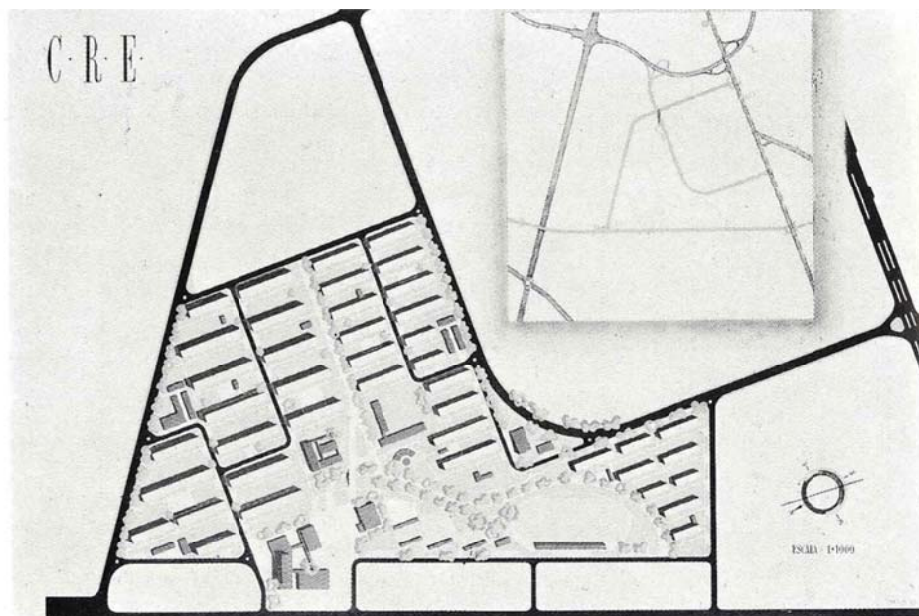


Fig. 10 Bairro de Ramalde, plantas de implantação e das habitações (T4) (TRIGUEIROS, L. (ed.) Fernando Távora, pág. 54) e fotos do estado actual (autor).

mera reprodução de conceitos, mas a partir de uma reinterpretação pelo arquitecto Fernando Távora dos princípios da Carta de Atenas para um contexto específico. A doutrina dos CIAM encontra-se presente através da disposição dos blocos paralelamente entre si segundo a orientação nascente-poente e dos espaços ajardinados que os rodeia. Contudo, tanto a escala (apenas três pisos) como a opção pelo embasamento em granito em vez da elevação através de *pilotis*, evidência a concretização da sua visão “*de uma evolução da arquitectura moderna com capacidade de identificação com o tradicional*”³⁸, bem como uma maior aproximação aos modelos *Siedlungen* alemães. A continuidade espacial proporcionada pelo uso de *pilotis* é substituída por uma progressiva transição entre espaço público e privado, atribuindo aos espaços entre blocos e percursos pedonais um carácter mais reservado “*para permitir um mínimo de vida própria*”³⁹, partilhando também esta qualidade com as varandas que se destacam da fachada como prolongamentos do espaço interior. O modo de organização do bloco com a caixa de escadas ao centro e os fogos da mesma tipologia distribuídos segundo o esquema esquerdo/direito advêm do exemplo do Bairro de Alvalade. No entanto, o critério dos “ciclos” presente em Alvalade é substituído pela concentração dos espaços comuns (sala, cozinha, casa de banho e ambas as varandas) junto ao eixo central formando um núcleo base que se mantém praticamente inalterável nas três tipologias disponíveis (T2, T3 e T4), permitindo a organização e dimensionamento dos quartos relativamente independente do resto do fogo.

A influência do bairro de Ramalde, enquanto tipologia habitacional, e a construção e ampliação de alguns bairros⁴⁰ sob o modelo de habitação colectiva como sinal de cedência ideológica por parte do Estado, permitiram à CMP a implementação do Plano de Melhoramentos⁴¹ em 1956, curiosamente o mesmo ano em que se realizou a

³⁸ Bernardo Ferrão, “Tradição e modernidade na obra de Fernando Távora 1947/1987”, pág. 24

³⁹ TRIGUEIROS, L. (ed.) Fernando Távora, pág. 54

⁴⁰ Para além da ampliação dos bairros da Rainha D. Leonor e de S. João de Deus em 1955 e 1956 respectivamente, a CMP construiu os bairros das Condominhas em 1955 e de Pereiró no ano seguinte, contabilizando no total 342 habitações; ver CMP, Plano de Melhoramentos, pág. 8

⁴¹ Ao abrigo do Decreto-lei n.º 40616 de 28 de Maio de 1956, que previa a construção de 6000 alojamentos num prazo de dez anos, o município do Porto procedeu à construção dos seguintes bairros: Bom Sucesso em 1956; Pio XII, Carvalhido e Pasteleira em 1957; Outeiro e Agra do Amial em 1958; Carriçal, Fernão de Magalhães e S. Roque da Lameira em 1959; Fonte da Moura em 1960; Cerco

última reunião oficial dos CIAM. No momento em que pela Europa a contestação à doutrina modernista vinha em crescendo, sobretudo desde o nono congresso em 1953 com a participação de um grupo de arquitectos (conhecidos mais tarde como os *Team X*) que criticavam as normas da Carta de Atenas, a implementação do Plano de Melhoramentos segue precisamente essas normas.

Tendo unicamente como prioridade metas e valores quantificáveis no curto prazo, as consequências sociais e urbanísticas acabaram por se sobrepor negativamente ao que objectivamente se pode considerar de positivo, que é o facto de ter sido a “*primeira operação de envergadura empreendida para remediar o fenómeno das ilhas*”⁴². Os bairros que se construíram nas duas fases, com excepção dos bairros do Bom Sucesso e de Fernão de Magalhães (os únicos construídos em zonas de demolição de ilhas), implicaram que uma considerável massa de população (que vivia no interior de quarteirões mas ainda assim no centro da cidade) fosse remetida para zonas periféricas com graves carências em equipamentos e transportes. O afastamento do local de trabalho e o desenraizamento da população realojada são a consequência primária do processo de “*segregação espacial*” legitimado por um Plano Director que vai de encontro à “*vontade de fazer do Porto um centro essencialmente terciário*”⁴³, e que tem no modelo sectorizado de cidade um álibi para desviar para os espaços menos requisitados, não só as faixas da sociedade mais carenciadas, como o próprio sector da habitação. Neste sentido, adequava-se a prática tornada recorrente, também em outras zonas do país, de demolir edifícios antigos para construir parques de estacionamento, escritórios ou mesmo habitação de luxo, para o qual também se destinavam estes terrenos depois de demolidas as ilhas.

do Porto em 1961; Regado e ampliação bairro da Fonte da Moura em 1962; Eng.º Arantes e Oliveira e ampliação do bairro de S. Roque da Lameira em 1963; e por fim a ampliação do bairro do Outeiro em 1964, perfazendo um total de 6072 alojamentos.

Perante a subsistência do problema das ilhas, é iniciada a 2.ª fase do Plano de Melhoramentos tendo-se construído os bairros: Francos, S. João de Deus e Aldoar em 1966; Lordelo e Corujeira em 1967; Lagarteiro e Falcão em 1969; Bom Pastor e Aleixo em 1972; e finalmente Contumil em 1973. Passados os 5 anos, prazo estipulado no Decreto-lei n.º 47443 de 31 de Dezembro de 1966 para a construção de 3000 alojamentos, apenas estavam construídos 1674, sendo só depois do 25 de Abril que os bairros do Aleixo e Contumil foram terminados, sem nunca se atingir o número previamente definido ficando-se pelas 2858 habitações. (GROS, Marielle, *O Alojamento Social...*, pág. 199-201).

⁴² *Idem*, pág. 193-194

⁴³ *Idem*, pág. 205

A componente social neste processo é completamente alienada, não só porque as pessoas eram compulsivamente transferidas para os bairros sem que lhes fosse facultada a possibilidade de escolha do local que melhor lhe conviessem, como o realojamento se fazia sem ter em conta as comunidades formadas levando à destruição dos laços sociais e afectivos adquiridos ao longo de décadas. Para além da ruptura com o anterior modo de vida, os moradores estavam expostos a uma situação de insegurança permanente, uma vez que eram sujeitos a um regulamento de conduta moral que colocava a habitação a título precário.

Outra consequência consiste na estigmatização social a que estes bairros e os seus moradores estão sujeitos, que advém da conjugação da homogeneidade socioeconómica com a monofuncionalidade espacial e a standardização dos modelos habitacionais, que torna estes espaços iguais entre si mas diferentes de todos os outros espaços da cidade.

A adaptação dos princípios da Carta de Atenas para a realidade portuense levou à adopção indiscriminada do bloco de baixa altura⁴⁴, aplicado independentemente do contexto, seja em zonas intersticiais da malha urbana, em proximidade com bairros de habitação unifamiliar construídos pelo Estado ou em áreas ainda não urbanizadas. A organização dos bairros está dependente do modo como estes blocos se dispõem no terreno, sendo em muitos casos difícil identificar a regra e a excepção. A excessiva heterogeneidade na implantação e dimensionamento dos blocos denuncia as atitudes por vezes opostas, situadas entre a procura da melhor orientação solar (tal como determinava a Carta de Atenas e bem patente em bairros como o do Bom Sucesso), *“diminuir o mais possível o movimento de terras na regularização das superfícies”*⁴⁵ ou a integração no traçado das vias existentes. Na indefinição entre os pressupostos teóricos e os condicionalismos da prática pela aplicação de um modelo rígido pré-definido, está a origem de espaços de difuso urbano em permanente ruptura e descontinuidade com a restante malha da cidade.

⁴⁴ “Edifícios de rés-do-chão e três andares e excepcionalmente com mais um pavimento quando há razões a justifica-lo”, CMP, Plano de Melhoramentos, pág. 17

⁴⁵ *Idem*, pág. 12

Ainda que na segunda fase se note algumas tentativas de conformação espacial através dos blocos ou com o recurso a formas mais orgânicas, indiciando aqui uma certa influência das experiências da INA-Casa, em regra, o espaço público surge na forma de espaços sobrantes e distintos da lógica de implantação do edificado. Daqui geram-se espaços indiferenciados pouco susceptíveis à sua apropriação, quer pela ruptura que estabelecem com as referências espaciais trazidas pelos moradores, quer pela tendência para a sua degradação com o tempo, dado os custos elevados de manutenção. Como resultado de uma concepção arquitectónica que concede um espaço público desumanizado na sua escala e um modelo de habitação em altura, à qual se junta a total ausência de espaços de sociabilidade, temos a quebra da relação com o exterior. Ao contrário das classes mais desafogadas que “*não usam o plano da unidade para estabelecer as suas relações, mas outros estímulos, dispersos na vida da cidade*”⁴⁶, as possibilidades de interacção social entre as classes mais pobres ficam circunscritas à unidade de habitação onde o exterior, pela sua informalidade, tem um papel crucial no contacto e desenvolvimento de novas relações de vizinhança. Por esta razão, a ruptura com o exterior e o espaço público conduz a uma diluição das interacções sociais e a um sentimento de solidão generalizado. Num contexto socioeconómico debilitado, onde a entreatajuda entre moradores contribui muitas vezes para a amenização das fragilidades pessoais, esta necessidade é especialmente sentida, ainda mais quando a população provem precisamente de meios (as ilhas) que têm como qualidades uma intensa vivência entre os moradores

Na ausência de espaços de convívio significativos, os espaços comuns de distribuição aos fogos assumem naturalmente um papel na promoção do contacto entre moradores, tendo na galeria a solução mais apta para este uso pela capacidade que tem em se equiparar à rua enquanto espaço aberto e local de paragem. No entanto, a concepção deste sistema (modalidade A), já adoptado em realizações camarárias anteriores e retomado neste Plano, está estrangida pela preocupação em reduzir o

⁴⁶ PORTAS, Nuno, Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura, pág. 110

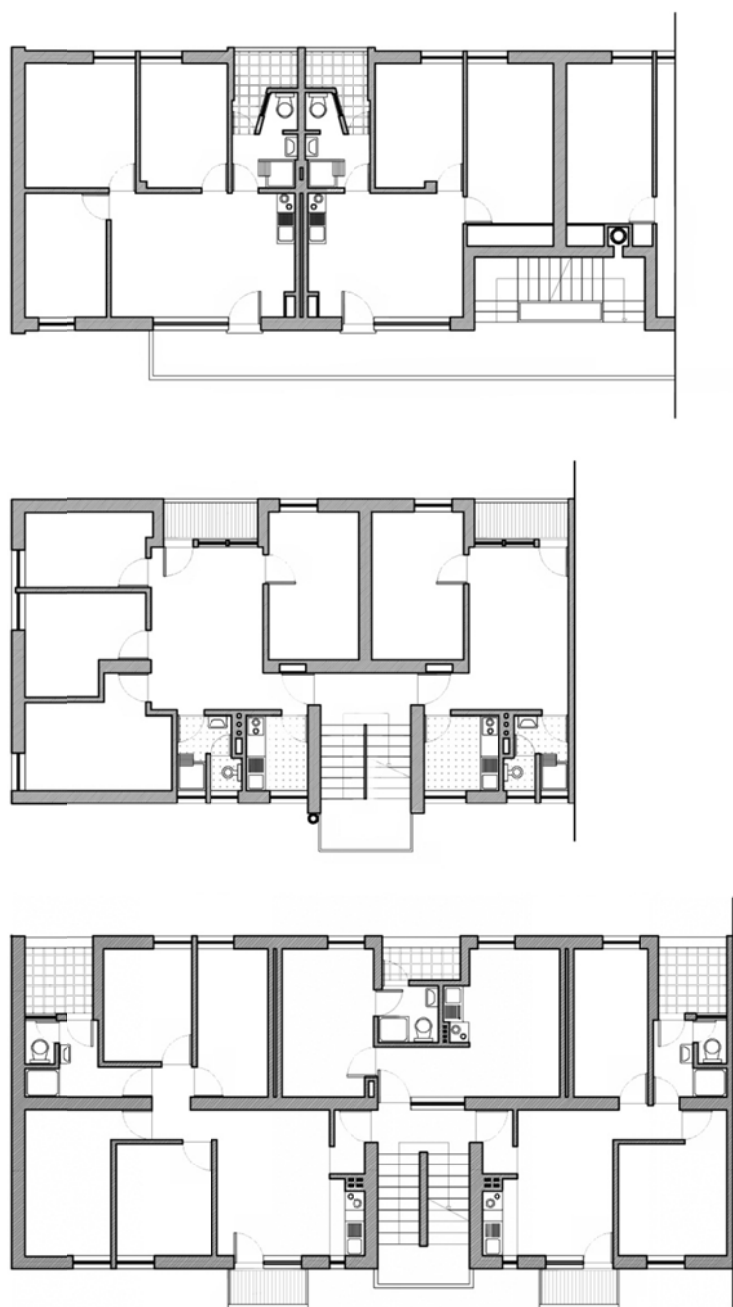


Fig. 11 Plantas das habitações do Plano de Melhoramentos (modalidades A, B e C).

número de atravessamentos, retirando-lhe não só o seu valor distributivo e social, como transformando-o mesmo num mecanismo “*anti-social*”⁴⁷. Com um único acesso vertical colocado ao centro de cada tramo, os topos são, pela recorrente necessidade de superar as reduzidas dimensões das habitações, passíveis de serem transformados em espaços privados, criando assim uma situação de desigualdade entre moradores potencialmente conflituosa. A partir do bairro da Pasteleira (o primeiro bairro de grandes dimensões com mais de 600 fogos), a distribuição por caixa de escadas no esquema esquerdo-direito (modalidade B) é adoptada pela “*necessidade de orientação adequada das principais dependências de cada casa*” face ao crescente número de blocos com as fachadas voltadas a norte-sul, permitindo também “*isolar melhor as habitações*”.⁴⁸ Se por um lado, esta solução permite conceder uma maior privacidade ao fogo, deixando a sala de estar exposta à galeria, por outro, diminui a frequência e as oportunidades de contacto entre os moradores, quer seja pela diminuição do número de pessoas que partilham o mesmo acesso quer pela exiguidade destes espaços. Embora se tenha estabelecido uma relação entre a orientação do bloco e o tipo de distribuição adoptado, que progressivamente se foi perdendo com a evolução do Plano, a solução da galeria parece ter-se mantido pelo simples facto de a modalidade B apenas agrupar habitações do tipo 1, 3 e 4, tendo sido abandonada após o desenvolvimento da modalidade C, “*estudada precisamente para suprir a falta de casas do tipo 2*”⁴⁹. As opções tomadas ao longo do Plano, no que diz respeito aos sistemas de distribuição, reflectem uma tendência para um modelo de habitar que remete cada vez mais os moradores para o interior do fogo.

A referência do bairro de Ramalde esgota-se no modelo habitacional e no emprego do embasamento de granito, verificando-se um retrocesso no que diz respeito à concepção espacial do interior das habitações. A “sala” passa a ter um “recanto para a cozinha” acumulando esta função com a distribuição para os restantes compartimentos,

⁴⁷ *Idem*, pág. 117

⁴⁸ CMP, Plano de Melhoramentos, pág. 17

⁴⁹ Esta modalidade parte da modalidade B com a diferença que cada patamar dá acesso a três fogos do tipo 1, 2 e 4, (*Ibidem*)

sobrando pouco espaço para o “estar”, enquanto a dimensão dos quartos é praticamente reduzida ao espaço necessário para as camas. Com a adopção da distribuição vertical, a entrada passou a fazer-se a meio da habitação no sentido transversal o que permitiu individualizar o espaço da cozinha e resguardar a sala relativamente aos espaços de distribuição, muito embora, como já foi referido, esta solução acarrete perdas de outra ordem. A rigidez das soluções concebidas, patente na dificuldade em complementar necessidades e funções conflituantes mas igualmente importantes (comum/privado, circulação/permanência, privacidade/socialização), está directamente relacionada com a redução ao mínimo da área habitável, onde “*se atingiram em Portugal as mais baixas normas de superfície*”⁵⁰.

Um artigo do jornal *Expresso* de 9/3/1973 colocava a questão: “Poder-se-á falar de novas ilhas?”⁵¹ Se considerarmos a forma sistemática e massiva como se reproduziram modelos pré-concebidos com critérios que se traduzem em habitações de dimensões exíguas, construídos em terrenos longe da vista e com uma abrangência à escala urbana com consequências penosas tanto para as pessoas como para a cidade, conclui-se que a comparação não é injustificada. Em resultado da diferença de escala da tipologia de habitação, a dualidade interior/exterior do lote viria apenas a ser substituída pela dicotomia periferia/centro da cidade. O processo de irradicação das ilhas que ocorreu para dar lugar a “soluções” que recusavam a sua “*centralidade ou o que tem de positivo a sua vida comunitária*”⁵², não o distancia das anteriores iniciativas habitacionais que reduziram a habitação a mera concepção física de “abrigo”. Após a Revolução de 1974, as condições habitacionais dos bairros do Plano de Melhoramentos iriam motivar as primeiras lutas urbanas pelo direito a uma habitação condigna e à organização dos moradores em comissões, que se tornariam por sua vez, com a implementação do SAAL, a base de um novo programa de promoção habitacional.

⁵⁰ GROS, Marielle, O Alojamento Social..., pág. 222

⁵¹ *Idem*, pág. 211

⁵² COSTA, A. Alves, “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano”, pág. 33



Fig. 12 Assembleia do SAAL no Porto com os moradores (fonte: <http://www.domusweb.it>).

2. O Processo SAAL

2.1. Da implementação à extinção

Em Portugal, a dificuldade verificada antes da Revolução, no que diz respeito ao acesso a uma habitação condigna por parte da população mais carenciada, deveu-se à incapacidade do sector público em construir habitações capazes de suprir as necessidades, tanto em quantidade como em qualidade, e ao investimento privado mais direccionado para uma procura com maior poder de compra.

Da mesma forma que o Congresso de 1948 se revelou preponderante no momento em que a discussão sobre a habitação se fazia sob o ponto de vista da tipologia, o Colóquio sobre a Política de Habitação realizado em 1969 representou, por sua vez, um momento “*charneira no modo institucional de encarar os problemas de alojamento em Portugal*”⁵³. O reconhecimento da habitação como um pleno direito e o impacto da sua concretização racionalmente planeada para a organização espacial das cidades, o controlo do solo como “*questão central da resolução de quase todos os problemas urbanos*”⁵⁴, entre os quais o da oferta de habitação, e a integração dos moradores nos processos de concepção e construção dos próprios bairros, fizeram parte das ideias abordadas no Colóquio onde se esperava pela existência de “*condições políticas para despoletar a vontade dos próprios interessados*”⁵⁵.

A Revolução do 25 de Abril permitiu a mudança de regime político e com ela a demonstração da tomada de consciência por parte da população dos problemas habitacionais que atingiam, não apenas casos isolados, mas cerca de 25 por cento da população do território continental⁵⁶. Esta mudança social, que assumiu a forma de importantes movimentos reivindicativos foi, juntamente com a nomeação de Nuno Portas para o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, determinante para que se reunissem as condições para a implementação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). A 31 de Julho de 1974, era então criado o despacho que,

⁵³ BANDEIRINHA, J. A., “Anos sessenta. Verdades e consequências...”, *Jornal Arquitectos* n.º 226, pág. 26

⁵⁴ BANDEIRINHA, J. A., *Processo SAAL...*, pág. 73

⁵⁵ PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, pág. 636

⁵⁶ BANDEIRINHA, J. A., “Anos sessenta. Verdades e consequências...”, *Jornal Arquitectos* n.º 226, pág. 24

perante as “*dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo*”, incumbia o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) de organizar um “*corpo técnico especializado*” para dar apoio às “*iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros*”.⁵⁷ Com o SAAL, moradores, equipas técnicas e as administrações central e local, passaram a desempenhar o seu papel de forma distinta do que até aqui tinham feito, cuja dinâmica de relações, derivado dos diferentes graus de empenho e interesses, gerou várias contradições e conflitos ao longo da sua actividade.

Sendo um serviço de génese estatal, destaca-se desde logo pela atitude de ruptura com os métodos herdados do anterior regime que “*não estava interessado em fazer mas apenas em mostrar que queria fazer*”⁵⁸. Para isso era necessária a descentralização administrativa e técnica da promoção habitacional para os moradores, uma vez que, como principais interessados, não eram condicionados pelos entraves administrativos nem pelos interesses especulativos. Decorrente do contexto de emergência social que se vivia, a vontade de estabelecer o contacto directo com os moradores e obter resultados práticos o mais rapidamente possível, impunha a supressão, pelo menos no momento inicial, das formalidades burocráticas como forma de contornar a inércia institucional. Sem uma rotina processual pela novidade no aparelho do Estado e tendo apenas um despacho como ponto de partida, a experiência obtida pela prática com o decorrer do tempo tinha de sustentar a evolução do processo, e só posteriormente, a enunciação da legislação para a sua consolidação. O “*carácter experimental*” era condição essencial para a capacidade de adaptação a situações completamente distintas no país, ou seja, as características de cada caso (geográficas, culturais, sociais, etc.), é que iriam determinar o andamento de cada operação. Esta opção por uma liberdade metodológica em detrimento da subordinação à “máquina” administrativa permitiu a rapidez de acção mas gerou a fragilidade administrativa que viria mais tarde a contribuir para a sua descontinuidade enquanto serviço estatal.

⁵⁷ Diário do Governo N.º 182-1ª Série de 6 de Agosto de 1974

⁵⁸ PORTAS, Nuno, Os Tempos das Formas, volume I, pág. 270

Para que as intervenções pudessem ter início, a iniciativa dos moradores e a sua capacidade de organização era tida como requisito fundamental, isto é, o processo para a promoção habitacional partia da “base da pirâmide” e não através de uma imposição “superior”. Para além de ter em conta o desejo intrínseco das pessoas, a metodologia usada distanciava-se de tudo que até aqui tinha sido feito ao conceder aos “pobres” o “direito à arquitectura”, recusando o facilitismo em adoptar um projeto-tipo com o pressuposto de que este é capaz de dar resposta às necessidades de todas as comunidades. As soluções nasciam assim da interacção entre as “brigadas técnicas”, equipas multidisciplinares responsáveis pelo apoio técnico na elaboração do projecto, e as comissões de moradores a quem se incumbia a gestão das diferentes fases do processo, assim como a gestão do subsídio cedido a fundo perdido pelo Estado através do FFH.

Ao mesmo tempo que se concedia aos destinatários o direito de decisão sobre as soluções a adoptar, também se previa que estes pudessem aplicar na habitação toda a espécie de recursos, fossem eles através de mão-de-obra ou monetários, até porque *“nenhuma política de habitação que pretenda ter resultados a prazos relativamente próximos pode ser gratuita, exactamente devido ao custo da habitação”*.⁵⁹ Por outro lado, existia a convicção de que *“quantos mais recursos próprios fossem investidos na construção das casas tanto mais forte seria também o sentimento de apropriação em relação ao fogo e ao bairro”*⁶⁰. A autoconstrução, sendo deixada ao critério de cada associação, era incentivada como forma de reduzir o custo por habitação e consequentemente o valor do subsídio atribuído pelo Estado, de maneira a que esta poupança pudesse reverter para a construção de um maior número de habitações. No entanto, esta foi recusada praticamente em todas as operações realizadas tendo mesmo surgido uma *“súbita organização de um movimento contra a autoconstrução”*⁶¹, por se considerar socialmente injusto os próprios moradores terem que construir as suas casas,

⁵⁹ PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, pág. 641

⁶⁰ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 122

⁶¹ PORTAS, Nuno, Os Tempos das Formas, volume I, pág. 281

para além de poder contribuir para o aumento do desemprego num sector da construção civil em crise. Na perspectiva de Nuno Portas tinha-se gerado uma contradição com a “*reivindicação da estatização completa do sector da habitação*”⁶², o que, de facto, acabaria por suceder com a dissolução do SAAL e a retoma das práticas habitacionais anteriores. No momento em que se clamava por uma descentralização da promoção habitacional, simultaneamente também existia a ideia enraizada da responsabilidade paternalista do Estado. Isto não significava necessariamente que não existia a capacidade para a autoconstrução e/ou auto-investimento, como se veio a verificar mais tarde com as alterações realizadas pelos moradores às habitações pouco tempo depois da sua ocupação: “*depois de gastar centenas de horas a discutir os acabamentos de um bairro, se diz que, de acordo com os moradores, as casas são todas de tijoleira e se chega lá um mês depois de as pessoas lá estarem a viver e se vê que a maioria colocou alcatifas, o que teria dispensado a tijoleira e poupado dinheiro aos moradores*”⁶³. Este exemplo é também indicador de que o processo participativo não atingiu o nível desejado, pois este também se encontrava entre a exigência de celeridade na concepção dos projectos e o risco do “*mergulho no abismo da entropia total com os moradores*”⁶⁴, para além da “*ténue sensação de que a confiança no processo era tal que a discussão tipológica ou arquitectónica sobre as casas era secundarizada*”⁶⁵.

Outro aspecto importante do SAAL e que também o distingue de entre os vários programas habitacionais tem a ver com a prioridade dada, caso não houvesse impossibilidades de natureza técnica, à manutenção das localizações originais dos bairros uma vez que este era o desejo comum dos moradores. Acima de tudo, significava o reconhecimento do “direito à cidade” e da história do lugar da qual as pessoas eram parte integrante. Ao mesmo tempo, a experiência obtida dos anteriores modos de realojamento no país impunha que se acabasse com a prática (urbanística e socialmente nefasta) de dispersar comunidades inteiras para bairros construídos em zonas

⁶² PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, pág. 642

⁶³ *Idem*, pág. 643

⁶⁴ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 252

⁶⁵ *Idem*, pág. 167

longínquas com carências a vários níveis. Se, por um lado, o direito à permanência nos mesmos lugares representou uma das mais importantes conquistas para os moradores, por outro, ainda que sem a mesma intensidade nas diferentes zonas do país, geraram-se nesta questão os principais conflitos com o poder local. Uma vez responsáveis pela “*disponibilidade de terrenos para a urbanização*” e “*pelos trabalhos de infra-estrutura viária e sanitária*”⁶⁶, os municípios tinham um papel crucial para o arranque das intervenções. Ao se por em causa os planos que previam outras funções para os terrenos que estavam agora a ser reivindicados, estava-se também a contrapor a vontade dos moradores aos interesses privados e das autarquias, o que conduziu a atrasos e mesmo a impedimentos no arranque das intervenções por “*falta de autorização camarária para tomar posse administrativa dos terrenos*” ou porque “*tardava a execução de infraestruturas várias*”.⁶⁷ O desenrolar das intervenções claudicava no momento em que dependiam de processos administrativos e burocráticos, não só na questão dos terrenos mas também ao nível do financiamento, dando mais consistência à tese de que se Nuno Portas tivesse optado por uma via mais estatizante, o SAAL “*provavelmente já não se teria lançado*”⁶⁸.

A ameaça que as relações de proximidade, entre as brigadas e os moradores, representava para a posição paternalista do Estado e os obstáculos que a nova metodologia colocava aos interesses privados, faziam do SAAL um “alvo a abater”. Passados pouco mais de dois anos desde o despacho que instituía oficialmente o SAAL, outro despacho foi suficiente (dada a fragilidade legislativa) para direccionar a sua acção para o âmbito do poder local, precisamente de onde “*tinham partido as principais contrariedades*”⁶⁹, dando assim o passo decisivo para a paralisação do processo na maior parte dos casos. Entre as razões apontadas nesse despacho para a conclusão de que “*algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem FFH e das próprias autarquias locais*”,

⁶⁶ Diário do Governo N.º 182-1ª Série de 6 de Agosto de 1974

⁶⁷ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 192

⁶⁸ PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, pág. 637

⁶⁹ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 212

estavam a lentidão dos processos de obtenção de terrenos e o reduzido número de fogos construídos até à data.⁷⁰ Embora sem se atribuir causas, é de salientar a admissão da morosidade na aquisição de terrenos contra a qual os próprios moradores se debateram e que, neste caso no Porto, a “*invasão da Câmara para forçar o desbloqueamento de certos processos de cedência de terrenos*”⁷¹ é um exemplo elucidativo da origem deste problema. Quanto ao número de realizações, é um facto que durante o período de vigência do SAAL, enquanto serviço de administração central, nenhuma operação foi concluída estando 2259 fogos⁷² ainda em fase de construção. No entanto, pondo em perspectiva o número de realizações e o investimento respectivo feito pelo Estado durante esse período nos diferentes programas de habitação, o SAAL foi responsável por 12% dos fogos tendo apenas disponível 3% do financiamento.⁷³ Um valor bastante significativo comparado com os da parceria do FFH com empresas privadas, por exemplo, que com aproximadamente 31% do investimento construíram-se cerca de 30% dos fogos, assinalando a maior apetência que continuava a existir, também da parte do Estado, pela procura com maior poder de compra.

3.2. Do dogma à aproximação ao real

De entre os vários CIAM realizados, o de 1933 ocorrido em Atenas com o tema “A Cidade Funcional” foi, através da formulação dos artigos da Carta de Atenas, publicada quase dez anos depois, o congresso com maior repercussão na produção arquitectónica e urbanística no segundo pós-guerra. No plano dos princípios, a complexidade humana era reduzida a um conjunto de actividades comuns (habitação, trabalho, lazer e circulação) em função das quais se devia reger o planeamento urbano, prefigurando uma cidade sectorizada em espaços monofuncionais. Por sua vez, a tipologia

⁷⁰ Diário do Governo N.º 253-1ª Série de 28 de Outubro de 1976

⁷¹ PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, pág. 640

⁷² Livro Branco do SAAL, Anexos pág. C

⁷³ OLIVEIRA, Paula, MARCONI, Francesco, Política y proyecto, pág. 84

habitacional era restringida à “estética” do bloco em altura, esperando das pessoas “*uma revisão das suas exigências em termos de uma readaptação às condições da vida social*”⁷⁴. O seu carácter normativo acabou por desviar a prática do urbanismo e da arquitectura para a repetição de modelos que tinham na obra teórica e construída de Le Corbusier os principais exemplos, tais como o modelo da “*Ville Radieuse*” (1935) e a famosa “*Unité d’Habitation*” em Marselha (1945-52), condicionando a pesquisa de novas soluções, sobretudo no que diz respeito às tipologias habitacionais.

Com a concepção funcionalista da cidade concorria o discurso fortemente marcado pela exaltação do desenvolvimento tecnológico, dos novos materiais e dos elementos padronizados que permitiam construir de forma rápida e a baixo custo. Embora estas questões adquirissem especial (e compreensível) relevo em contexto de pós-guerra, a preponderância que a eficiência económica adquiriu enquanto qualidade máxima e primordial a atingir, despromoveu a habitação do seu papel de necessidade básica do ser-humano e inseriu-a na lógica dos bens de consumo, convergindo com as expectativas do desenvolvimento capitalista. Rapidamente, os fundamentos disseminados nos CIAM transformam-se em “*álbis culturais para a especulação económica mais feroz e a incapacidade política mais obtusa*”⁷⁵.

No plano estrutural das cidades, tornara-se cada vez mais evidente o processo de segregação social expressa no modo de ocupação “funcionalista” do espaço urbano e nos modelos habitacionais estandardizados, afectando sobretudo os mais pobres. Estes viam-se obrigados a viver na precariedade dos amontoados espontâneos, por não conseguirem “jogar” de acordo com as “regras do mercado”, ou em formas de habitação descontextualizadas da sua raiz cultural e história dos lugares, tidas pelo poder decisório como a única “solução” para os problemas gerados pelas primeiras, que se tornariam, por sua vez, na fonte de outros problemas. A lógica de massas aplicada à cidade através da repetição sistemática de modelos criados *a priori* fazendo tábua rasa de qualquer

⁷⁴ Declaração de La Sarraz, CIAM 1928, citado em FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, pág. 327

⁷⁵ Giancarlo De Carlo, “Legitimizing Architecture”, citado em FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, pág. 338

condicionalismo, criou espaços monótonos e sem identidade que impediam o desenvolvimento do sentimento de pertença ao lugar. A demolição em 1972 do conjunto residencial Pruitt-Igoe (1952-55) em St. Louis, EUA, tornar-se-ia num “*símbolo do fracasso dos pressupostos modernos*”.⁷⁶

Contra a uniformização cultural promovida pelo Movimento Moderno, cuja simbologia podemos atribuir ao betão por ser um material sintético e por isso sem ligação com nenhum lugar, geraram-se a partir de meados do séc. XX várias frentes críticas⁷⁷ a manifestar a necessidade de introduzir os valores da tradição e identidade. Paralelamente, algumas experiências no campo prático da habitação atingiam especial relevância pelos resultados alcançados e pela abordagem aos problemas habitacionais das classes mais desfavorecidas.

Em Itália, o plano INA-Casa iria surgir no final da década de 40 como “*uma das mais consequentes reacções à normalização do Estilo Internacional*”⁷⁸. Com o objectivo de recuperar as cidades assoladas pela guerra, sobretudo no norte do país, foram levadas a cabo entre 1949 e 1963 centenas de intervenções urbanas que se inseriam no movimento neo-realista, onde também participavam urbanistas, engenheiros, sociólogos, entre outros profissionais. Imbuídos de uma forte ligação cultural com os significados históricos das cidades, os arquitectos intervenientes procuravam “*uma nova linguagem que, sem esquecer os contributos do movimento moderno, se ligue aos valores de uma tradição autêntica e, como tal, seja mais facilmente apreensível pelos destinatários*”⁷⁹. O desenho urbano liberta-se da rigidez da ortogonalidade “funcionalista” para recuperar características espaciais mais próximas das referências históricas como a rua e a praça, enquanto as alusões à arquitectura popular e o recurso a técnicas construtivas artesanais e materiais locais, vincam a estreita relação que se

⁷⁶ MONTANER, J. M., Depois do Movimento Moderno, pág.111

⁷⁷ Como contraproposta à via mais internacionalista do Movimento Moderno, surgiram diferentes correntes arquitectónicas conforme as “escolas locais como o new empirism nórdico, o Bay region style no oeste dos Estados Unidos, o «estilo alpino» em Lucerna, o new brutalism na Grã-Bretanha, o «neo-realismo» e o neoliberalism na Itália, e incluindo nos anos sessenta a «escola de Barcelona» na Catalunha-Espanha”, *Idem*, pág.14

⁷⁸ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 56

⁷⁹ FERNANDEZ, S., Percurso, pág. 88

procura com o gosto popular e com a identidade dos lugares.

Igualmente importante foi, para a questão da habitação para as camadas mais pobres, as experiências de assistência técnica aos aglomerados espontâneos nas periferias das cidades do Peru, realizadas entre 1957 e 1965 pelo arquitecto britânico John F. C. Turner. Dessas experiências, Turner destacava as capacidades de entreaajuda e realização demonstradas pelos moradores nos processos de autoconstrução, para concluir que a construção de alojamentos não podia depender dos “*falsos empenhamentos dos diversos Estados, socialistas ou capitalistas, na resolução do problema da habitação*”⁸⁰. A ineficácia dos programas públicos de habitação manifestava-se de forma dúplice: primeiro, na perversidade que é exigir, a famílias com poucos recursos, o pagamento de uma renda por uma habitação imposta, à qual acresce, em muitos casos, outras despesas como o deslocamento devido ao afastamento do local de trabalho, agravando ainda mais a sua situação; em segundo, nas dificuldades que as formas acabadas dos conjuntos habitacionais colocam ao processo de apropriação dos espaços e à capacidade de adaptação à evolução socioeconómica das famílias, uma vez que é aqui que reside o verdadeiro vínculo entre o habitante e a habitação.

Tendo estas experiências como importantes referências para os princípios identitários do SAAL, apesar da conjugação de contexto de emergência com a grande escala⁸¹, a sua viabilização só seria possível com a recusa do imediatismo das rotinas que partiam da redução dos diferentes moradores a um individuo-tipo, caracterizado pela condição socioeconómica e necessidade premente por uma habitação digna, assim como da postura tecnocrática que admite valores quantificáveis (custos, prazos de execução, densidades, etc.), como os principais critérios a ter em conta na definição das soluções. Sob outro tipo de valores, impossíveis de quantificar, os novos bairros deviam estabelecer relações com a realidade concreta, quer na sua dimensão física, no confronto com a topografia e envolvente construída como forma de reivindicação da identidade do

⁸⁰ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 46

⁸¹ Tendo apenas em consideração as operações iniciadas até 31 de Outubro de 1976, o SAAL envolveu 41 665 famílias por todo o país. (ver Livro Branco do SAAL, pág. A)

lugar, quer na dimensão social e antropológica, através da manutenção das relações de vizinhança e da adequação do programa às reais necessidades das famílias.

Ao mesmo tempo, sob a expectativa de uma alteração dos métodos de construção que tivessem em conta a situação económica do país, estava subjacente a viabilização de técnicas simples que permitissem o máximo aproveitamento dos recursos locais (materiais e mão-de-obra) em vez do recurso a maquinaria e mão-de-obra especializada. Isto implicava pôr de parte os empreendimentos de grande escala que, para além de serem de muito mais difícil manutenção, favorecem os mecanismos de acumulação protagonizados pelas *“empresas especializadas que os constroem a preços injustificadamente elevados, preços que os serviços estatais provam ser incapazes de controlar”*⁸². Ao mesmo tempo, também levava a equacionar pela primeira vez a reabilitação de edifícios antigos, não só por motivos económicos mas também por motivações ligadas à defesa do património e respeito pela história das cidades.

Com a crescente consciência da necessidade multidisciplinar dos projectos de habitação para um grande número de pessoas, levando à integração de profissionais de outras áreas do conhecimento, também era necessário modificar a forma de actuação dos principais intervenientes neste processo. O morador deixa de contactar com a habitação só depois de acabada, sem possibilidade de a discutir nem de a escolher, para passar a integrar de forma activa na gestão das diferentes fases do processo: concepção, construção e manutenção. Por sua vez, o arquitecto passa a dialogar efectivamente com o futuro morador (e não apenas com o promotor), o que implica absorver e filtrar a diversidade de opiniões e adaptar os métodos de trabalho, nomeadamente as formas de comunicação do projecto, por forma a contornar as parcas referências e a passividade de uma população acabada de sair de um regime ditatorial.

O desenrolar das operações e a elaboração dos projectos estava obviamente dependente da natureza das relações entre brigadas e moradores e do nível de motivação de cada um dos agentes para um processo de participação particularmente exigente,

⁸² PORTAS, Nuno, Os Tempos das Formas, volume I, pág. 285

sobretudo numa fase experimental, da qual o SAAL nunca teve oportunidade de sair. Se entre os arquitectos havia a posição perante a sociedade que os levava a optar por modelos que incutissem outros valores que não os de uma sociedade hierarquizada em classes “dominantes” e “dominadas”, já do lado dos moradores, a reacção ao capitalismo fazia-se geralmente pela via da reprodução dos “modelos burgueses”. A gestão de expectativas podia assumir formas distintas em que num dos extremos estava o uso da autoridade do conhecimento técnico e codificado para a utilização de modelos arquitectónicos já existentes, mas desconhecidos pelos moradores, e no outro, a simples reprodução dos modelos locais que significava uma demissão do papel do arquitecto. A mediar este processo estava a maior ou menor consciência de que a sobrevivência das operações dependia da existência de um projecto e da rápida passagem para a obra, quer pela desmobilização dos moradores que um processo demasiado moroso podia provocar, quer pela noção de que alguns princípios identitários do SAAL “*eram impossíveis de sustentar por muito tempo, a não ser que as condições políticas mudassem radicalmente*”⁸³.

De facto a dissolução do SAAL implicou que muitos projectos não chegassem a sair do papel e que os restantes fossem terminados posteriormente, por estarem já em fases irreversíveis, ou simplesmente interrompidos, ficando limitados às primeiras fases. Embora se trate de primeiras abordagens e pontos de partida para a discussão com os moradores, os bairros que se construíram, pela integração no meio físico e social, contribuem para que este seja “*um dos períodos da nossa cultura arquitectónica recente mais debatidos e referenciados em todo o mundo*”⁸⁴. Mesmo com a existência de denominadores comuns em cada uma das zonas do país, a confluência e o diferente peso que as diversas variáveis tiveram em cada operação expressam-se na diversidade de soluções com características próprias, que torna cada bairro uma experiência singular.

⁸³ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 149

⁸⁴ BANDEIRINHA, J. A., “Processo SAAL - O direito à arquitectura”, (p.n.n.)

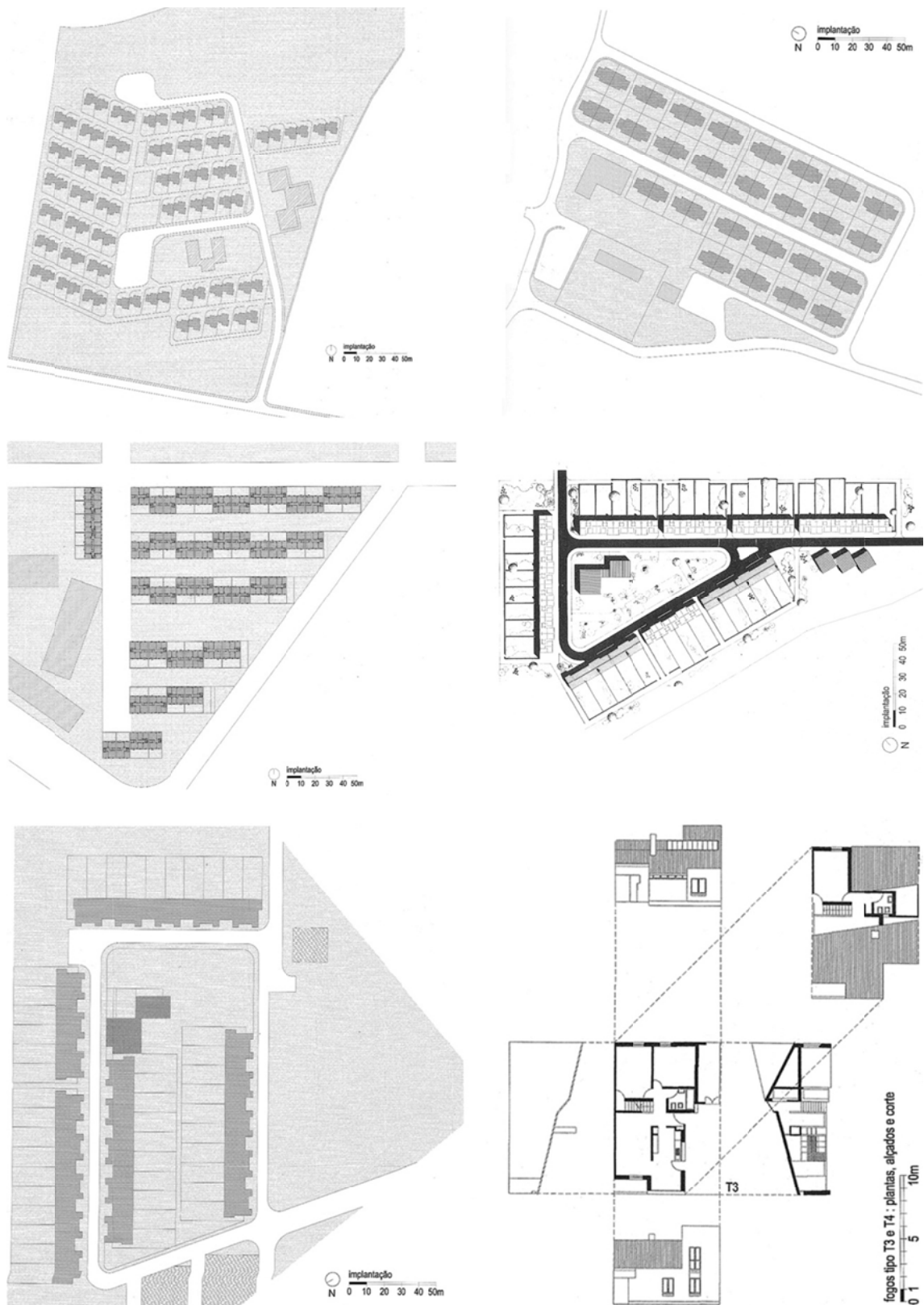


Fig. 13 a) Bairro de Montevil, planta de implantação (BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 350). | b) Bairro da Quintinha da Liberdade, planta de implantação (Idem, pág. 349).
c) Bairro do Castelo, planta de implantação (Idem, pág. 348). | d) Bairro de Fazendas de Almeirim, planta de implantação (Idem, pág. 396).
e) Bairro de Canal Caveira, planta de implantação (Idem, pág. 351); planta, corte e alçados da habitação T3 (Idem, pág. 352).

2.3. As soluções do SAAL

Com o SAAL, não só as intervenções deixaram de se restringir exclusivamente aos grandes centros urbanos, como o modo de abordagem, à semelhança da experiência italiana da INA-Casa em que se evitou “*uma ruptura brusca entre os quadros de vida anteriores e os novos conjuntos*”⁸⁵, trouxe de novo o modelo de habitação unifamiliar para o rol das soluções adoptadas no âmbito dos programas de habitação social.

Em Alcácer do Sal, os bairros de Montevil e da Quintinha da Liberdade, ambos dos arquitectos Carlos Manuel Pereira Lopes e António Martins, surgem como os exemplos mais evidentes de adequação ao contexto eminentemente rural e de aproximação aos modelos de referência dos destinatários, através da associação simétrica de fogos semelhante aos BCE construídos no tempo do Estado Novo.

No exemplo do Castelo, em Ferreira do Alentejo, o arquitecto Jorge Garcia parte também do mesmo princípio, embora a proximidade com um aglomerado consolidado conduz à opção pela disposição contínua dos fogos numa intenção de introduzir uma lógica urbana.

A adequação ao contexto rural mas também ao estilo de vida dos moradores leva à introdução de quintais nas traseiras das habitações, como é o caso do Bairro de Fazendas de Almeirim. O mesmo acontece nos bairros Canal Caveira e Vale Pereiro em Grândola, ambos do arquitecto Manuel Tainha. No entanto, a complexidade formal do conjunto e a organização dos fogos, com uma concepção mais coerente entre o carácter dos espaços interiores e a sua relação com exterior, transparece com maior evidência o trabalho do arquitecto. A bipartição do fogo oferecida pela entrada lateral, coloca as zonas comuns em relação com as ruas, enquanto que as zonas privadas ficam voltadas para os quintais. A complexidade volumétrica proporcionada pelas diferentes inclinações das coberturas resultante da variação do número de pisos revela uma aproximação aos modelos tradicionais menos literal.

⁸⁵ PORTAS, Nuno, Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura, pág. 71-72

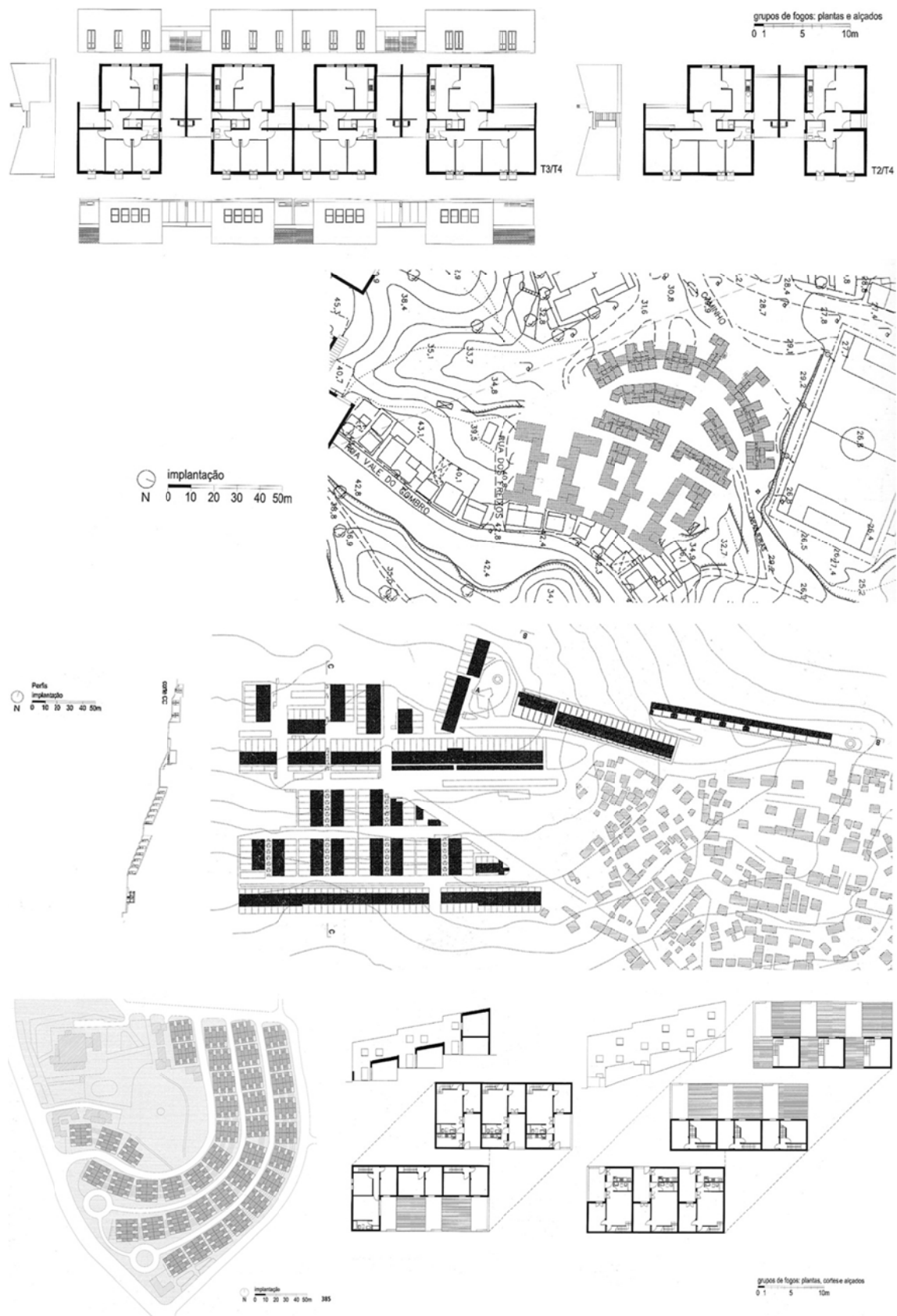


Fig. 14 a) Bairro das Angeiras, planta das habitações (BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 403).
b) Bairro da Liberdade, planta de implantação (*Idem*, pág.360).
c) Bairro de Casal de Figueiras, planta de implantação e corte (*Idem*, pág. 359).
d) Bairro do Alto do Moinho, planta de implantação (*Idem*, pág. 385) e planta das habitações (*Idem*, pág. 386).

A mesma organização do fogo é identificada no Bairro das Angeiras de Adalberto Dias e Gonçalves Dias, contudo surgem diferenças em consonância com a sua localização junto à praia; as diferentes tipologias desenvolvem-se todas num único piso em que o jogo volumétrico se faz através das coberturas invertidas e dos recuos e avanços da fachada onde se entrepõem entre os fogos volumes de cobertura plana “*que podem funcionar como garagem, abrigo para um barco, pequena oficina, etc.*”⁸⁶.

Algumas operações SAAL tiveram na relação com a morfologia do terreno, geralmente com declives acentuados, um dos principais aspectos a ter em consideração no desenvolvimento dos projectos. No caso do Bairro da Liberdade de Luís Casal Ribeiro em Setúbal, essa relação é evidenciada através da implantação “*segundo uma regra de irradiação semicircular em torno de uma pequena elevação*”⁸⁷.

Para o Bairro de Casal de Figueiras, localizado também em Setúbal numa zona de encosta bastante íngreme, Gonçalo Byrne adopta o modelo da habitação unifamiliar em banda com logradouro mas tira partido da morfologia do terreno para diversificar as soluções num bairro de dimensão relativamente grande. Virado a Sul, as bandas de fogos dúplex sobrepostas vincam a cumeeira enquanto na zona de pendente dispõem-se perpendicularmente às curvas de nível, contribuindo para uma paisagem construída muito peculiar. Algumas pré-existências, como o Forte de São Filipe e os moinhos que pontuam a colina, foram integradas no projecto como pontos de referência para a organização do bairro enfatizando a vinculação com a identidade do lugar.

A preocupação com a leitura topográfica e a valorização das pré-existências também se verificam no Bairro do Alto do Moinho, localizado em Oeiras, embora aqui Francisco Silva Dias tenha optado por um modelo de habitação em continuidade com a investigação produzida no LNEC sobre a “Habitação Evolutiva”. A concepção da habitação tinha como premissa permitir a ampliação do núcleo base mediante as possibilidades e necessidades dos moradores, aproveitando o espaço do pátio ou através do acrescento de novos pisos.

⁸⁶ FERNANDES, Eduardo, A Escolha do Porto, pág. 494

⁸⁷ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 240

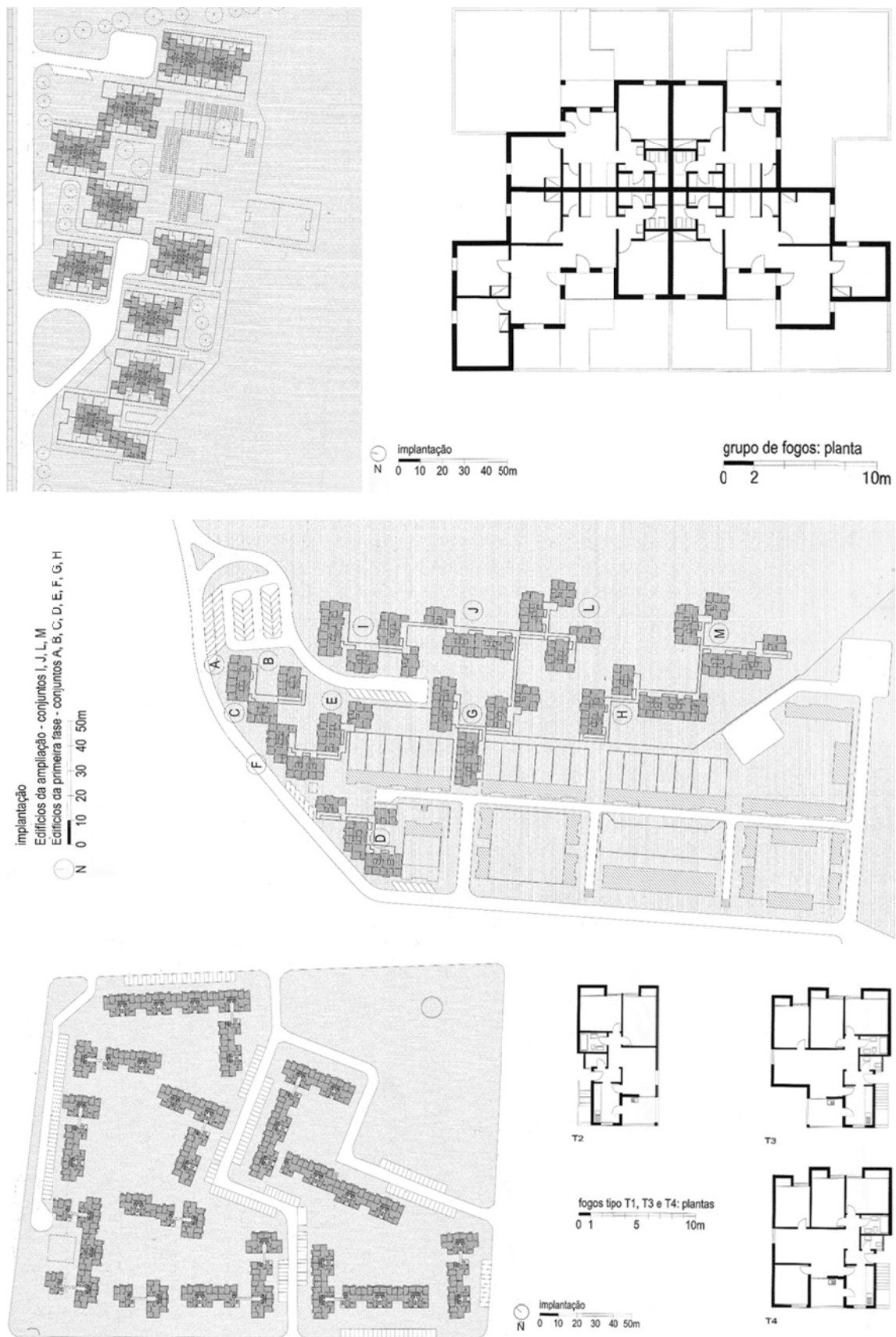


Fig. 15 a) Bairro da Meia Praia, plantas de implantação e das habitações (BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 329).
b) Bairro da Cerca do Cemitério, planta de implantação (*Idem*, pág. 327).
c) Bairro do Cemitério, plantas de implantação e das habitações (*Idem*, pág. 340).

A exploração da capacidade evolutiva do fogo teve particular incidência no Algarve através da actividade do arquitecto José Veloso, para quem as intervenções na Meia Praia marcaram esta linha de projecto. Para além da facilidade com que esta forma de concepção espacial era apreendida pelos moradores, a organização do fogo segundo um esquema de sucessão de espaços, permitia uma resposta mais rápida e objectiva às necessidades de cada família no momento, em que a ampliação das habitações através da adição de quartos em espaços destinados para o efeito, não comprometia a coerência arquitectónica do conjunto. Por outro lado, a procura de uma aproximação a um estilo de vida que tira partido do clima algarvio através de uma maior vivência exterior, o pátio em torno do qual se articulam diferentes espaços foi tema de projecto recorrente num considerável número de intervenções.

Apesar de as motivações da época incidirem sobre a procura de formas de habitar alternativas às convencionalmente usadas para a habitação em massa, o contexto das zonas de intervenção foi determinante para a tipologia adoptada, o que fez com que em ambientes urbanos a opção recaísse sobre a habitação colectiva.

No Algarve, o recurso a soluções multifamiliares como forma de adequação ao contexto urbano é acompanhado por uma adequação da escala, assente numa abordagem à composição dos bairros que parte de uma lógica de agregação e sobreposição de fogos simples, e não a partir da prefiguração do “bloco”. No bairro da Cerca do Cemitério em Lagos, José Veloso opta pela fragmentação em vários volumes de três pisos articulados por um sistema de distribuição formado por rampas e galerias, de modo a otimizar a ocupação da área de intervenção de limites bastante irregulares e condicionada pela edificação existente.

Para o bairro do Cemitério em Olhão, Manuel Dias opta igualmente por um espaço público mais desafogado em contraste com a densificação dos quarteirões que definem a estrutura urbana da cidade. Esta intenção é vincada pela utilização pontual de pequenas “pontes” que aumentam a permeabilidade pedonal nos cunhais, para além de complementar a distribuição aumentando de 2 para 3 o número de fogos por piso acedidos pela mesma unidade de acesso vertical.



Fig. 16 a) Bairro D. Leonor, implantação, planta dos fogos e alçado (BANDEIRINHA, J. A., O Processo SAAL..., pág. 369).
b) Bairro Quinta da Bela Flor, planta de implantação, planta dos fogos e alçados (*Idem*, pág. 371).
c) Bairro Quinta do Alto, planta de implantação, planta dos fogos e alçado (*Idem*, pág. 374).

Já na cidade de Lisboa, onde a habitação precária se caracterizava pelos bairros de barracas localizados na periferia, a manutenção da escala da envolvente contribuía para a sua consolidação, mas também convergia com as aspirações dos próprios moradores em viver em “casas altas”, uma vez que correspondiam às suas referências habitacionais. Por outro lado, a preocupação em não interromper planos já iniciados por outros *“organismos que vinham demonstrando qualidade e eficácia no trabalho desenvolvido”*⁸⁸ justificava a continuidade com os *“partidos tipológicos anteriores à Revolução, agora construídos em condições de emergência”*⁸⁹.

A par da abordagem pragmática que conduziu à utilização de soluções mais experimentadas, ainda com base no “bloco” de 4 pisos (altura máxima que dispensa o uso de elevadores), verifica-se a recorrência da concepção da distribuição vertical como elementos abertos sem portas e destacados do volume principal, abrindo desta forma o caminho para diferentes configurações volumétricas. Além de permitir ganhar área para os fogos num esquema de distribuição esquerdo/direito, como acontece no bairro D. Leonor da autoria de Manuel Magalhães, nos bairros da Quinta do Alto, do mesmo arquitecto, e da Quinta da Bela Flor, de Artur Rosa, desempenham juntamente com pequenas galerias um papel mais complexo na articulação de blocos, contribuindo para uma percepção dissociada dos volumes paralelepípedicos. Embora o último exemplo se destaque pela forma *“não distante da primeira geração de reacções críticas ao Movimento Moderno”*⁹⁰, ainda se mantém, tal como no bairro D. Leonor, a implantação segundo a lógica de repetição de volumes à mesma distância com o espaço público como o resultado dessa disposição, ao passo que no bairro da Quinta do Alto as diferentes distâncias entre os volumes determinam uma subtil hierarquização espacial que vai para além da função.

Ainda que seja possível a leitura de blocos articulados por galerias, no bairro da Quinta do Bacalhau – Monte Côxo, de Manuel Vicente, identifica-se de forma clara a

⁸⁸ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 120

⁸⁹ COSTA, A. A., “1974-1975, o SAAL e os Anos da Revolução” in Arquitectura do Século XX: Portugal, pág. 69

⁹⁰ BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 243

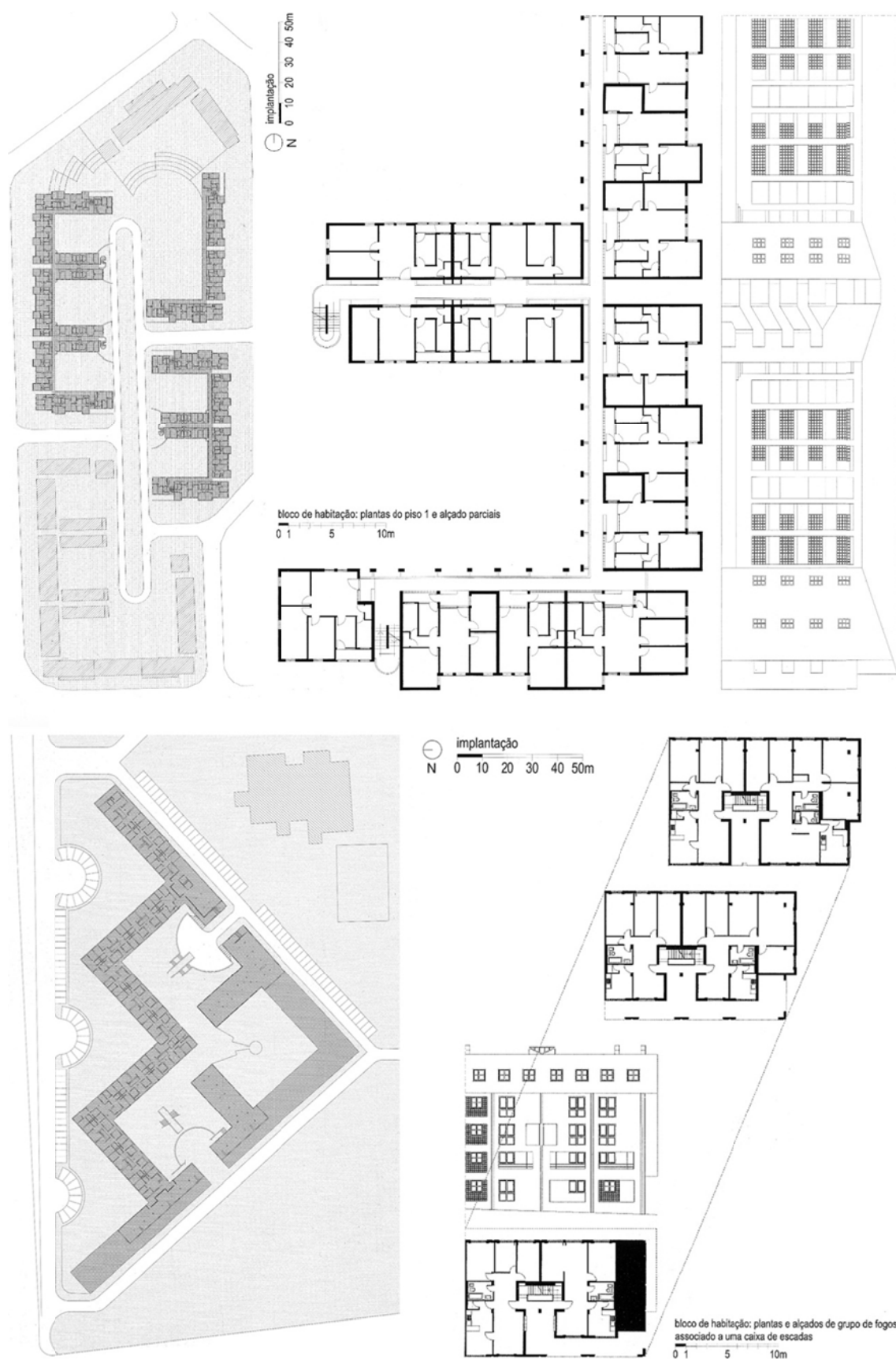
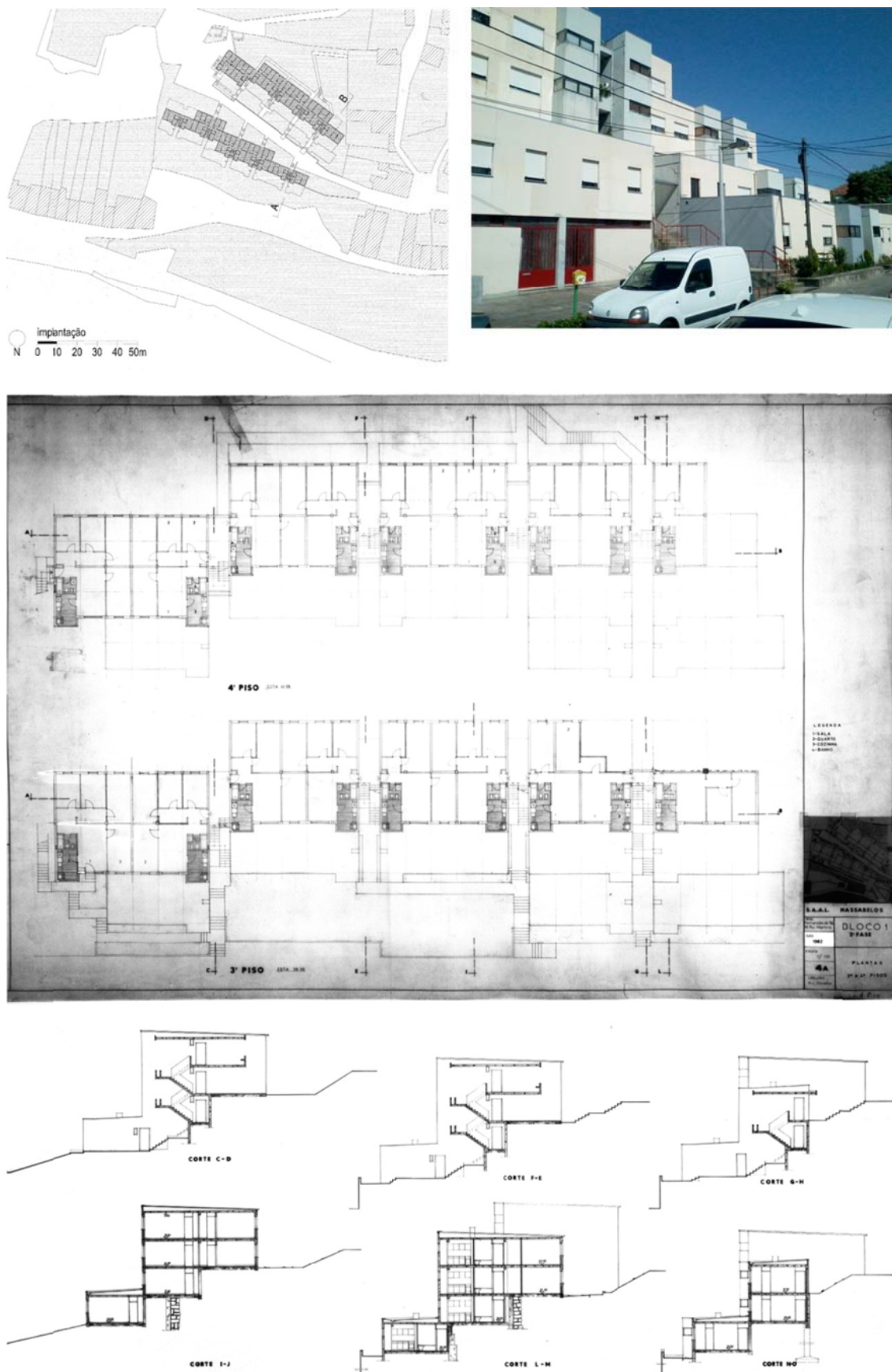


Fig. 17 a) Bairro da Quinta do Bacalhau, planta de implantação, planta dos fogos e alçado (BANDEIRINHA, J. A., O Processo SAAL..., pág. 375).
b) Bairro da Quinta das Fonecas - Quinta da Calçada, planta de implantação, plantas dos fogos e alçado (*Idem*, pág. 372).

intensão de criar um espaço diferenciado no sentido de “*reforçar uma pretendida interiorização da vida do bairro*”⁹¹. Ao desenho controlado do espaço alia-se a distinção na leitura das fachadas interior e exterior, através dos elementos compositivos e das diferentes alturas resultantes do jogo de inclinações da cobertura e do terreno. Pelo exterior, com a transformação do último piso em dúplex e os volumes verticais de paredes cegas destacados da fachada, o conjunto equipara-se à escala e ao carácter urbano da envolvente; no interior prevalece a relação com o espaço formado por vários pátios para onde se abrem as galerias, que num contexto de “bairro em altura” obtêm as potencialidades necessárias para a manutenção das relações de vizinhança. No entanto, o facto de apenas ter sido parcialmente construído e dos edifícios que se construíram posteriormente terem a mesma forma mas com a lógica de implantação oposta, retirou força ao conceito inicial que incidia sobre um grande espaço comum conformado pelo edificado. No mesmo sentido, Raúl Hestnes Ferreira no bairro da Quinta das FONSECAS – Quinta da Calçada recorre ao tema do quarteirão quadrangular para, através da modelação do edificado, configurar espaços de carácter semi-privado. Ao contrário dos exemplos anteriores, a escolha dos moradores recaiu sobre encerramento dos espaços de distribuição que se fazem por caixa de escadas no convencional esquema esquerdo/direito, enfatizando assim a importância dos pátios como potenciadores do convívio entre moradores. A rigidez da regra que condiciona o desenho da implantação é contrabalançada plasticamente nos pátios pelo jogo de rampas que resolvem a ligeira pendente do terreno e pela dinâmica da fachada que assumem as diferentes tipologias dos fogos, quebrando de certa forma a monotonia de um espaço construído de grande escala.

O Bairro de Massarelos de Manuel Fernandes de Sá, situado numa encosta da margem do rio Douro, é a única intervenção na cidade do Porto onde se optou pela habitação colectiva. Esta excepção deveu-se desde logo ao elevado número de pessoas a alojar (de referir que apenas se construiu a primeira de nove fases), mas também à

⁹¹ OLIVEIRA, Paula, MARCONI, Francesco, Política y proyecto, pág. 153 (tradução do autor)



necessidade de tirar o máximo proveito dos recursos aplicados na consolidação dos solos com a construção de um maior número de habitações. O bairro desenvolve-se em sucessivas “camadas” que se adaptam ao terreno de declive acentuado, aproveitando muros pré-existentes como elementos estruturais. A massificação é interrompida pelas aberturas dos acessos que atravessam os edifícios permitindo a articulação das diferentes cotas do espaço exterior e a distribuição aos fogos nos vários pisos através de caixa de escadas no convencional esquema esquerdo/direito. A preponderância das questões económicas e da sistematização de elementos construtivos sobre a organização interna dos apartamentos, criou espaços reduzidos e de difícil articulação, como por exemplo, a localização do quarto de banho à entrada do fogo.



Fig. 19 Operação SAAL do Bairro do Leal (fonte: <http://www1.ci.uc.pt>).

3. O SAAL do Porto

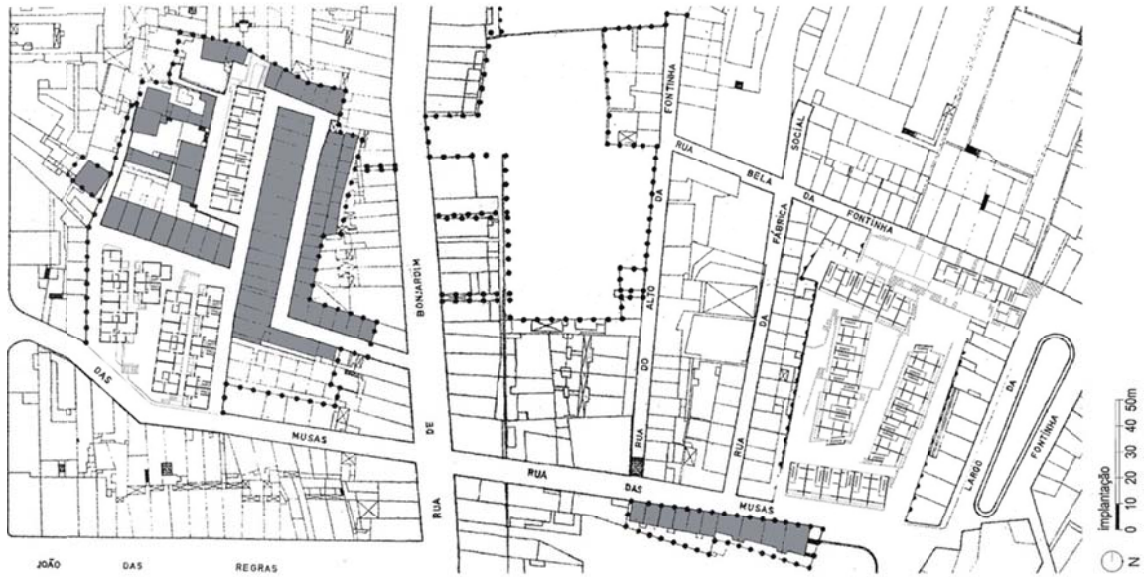


Fig. 20 Bairro do Leal, planta de localização (esc. 1:5000), planta da operação 1ª e 2ª fase (BANDEIRINHA, J. A., O Processo SAAL..., pág. 424) e foto da maquete de implantação (autor).

3.1. Bairro do Leal

A operação do Bairro do Leal liderada pelo arquitecto Sérgio Fernandez constitui um exemplo paradigmático da actividade do SAAL na cidade do Porto, pelo carácter do local e pela estratégia de intervenção que vê tanto na nova construção como na reabilitação do existente, uma forma de consolidação do tecido urbano em alternativa às habituais formas de planeamento. Este bairro destaca-se pelas características muito particulares decorridas do desenho e do seu confronto com o lugar, mas também pelas transformações ocorridas na envolvente com o passar dos anos.

Situada em pleno centro da cidade, a zona de intervenção consistia num bairro de ilhas no interior de um quarteirão tradicional do séc. XIX, onde se verificava o típico contraste entre o carácter burguês dos edifícios que o conformava e o seu interior densamente povoado definido por ruas estreitas e pequenas habitações em progressivo estado de degradação. Devido à relação dos moradores com o lugar e com as próprias casas e à maior permeabilidade da brigada técnica às questões patrimoniais e históricas da cidade, uma parte significativa da intervenção incidia sobre a reabilitação das habitações existentes. Uma vez que a solução para as reduzidas dimensões das ilhas passava fundamentalmente pela união de duas ou mais casas, era necessário, para atingir o número de fogos desejado e para permitir o faseamento da operação, a construção de novas habitações e consequentemente terrenos passíveis de serem edificadas. Quando em Outubro de 74 se inicia oficialmente a operação e beneficiando de um contexto político e social favorável, os moradores puderam opor-se à construção de um parque de estacionamento previsto para um terreno adjacente ao bairro, que se encontrava vago depois de demolidas as habitações e realojados os moradores em bairros camarários. É nesta parcela terreno que se definem as 16 habitações correspondentes à 1ª fase, pretendendo-se também, para uma fase posterior e numa zona inserida no interior de outro quarteirão (Fontinha), também atravessado pela Rua das Musas, a construção de mais 33 habitações.

Com a interrupção do processo SAAL, apenas se concretizou o primeiro conjunto



Fig. 21 Bairro do Leal, planta das habitações (rés-do-chão e piso superior), cortes e alçados (Arquivo Distrital do Porto) e fotos da maquete da 1ª fase (autor).

de habitações, não havendo por isso qualquer intervenção nas casas antigas. No entanto, a manutenção da vivência de bairro permanece como ideia chave para o desenho das novas habitações, bem como a contribuição do levantamento rigoroso das pré-existências, que, para além de permitir avaliar as condições de cada casa e definir as prioridades de realojamento nos casos de sobrelotação e de ruína iminente, possibilitou obter um conhecimento profundo dos hábitos de vida dos moradores. A par da adequação ao contexto social está também implícito nas relações de escala, no tratamento dos espaços e nas opções tipológicas, a reivindicação de uma estreita ligação com o lugar, de tal forma que o torna irrepetível.⁹²

A implantação recupera o traçado da Rua das Musas e as suas transversais, mantendo os alinhamentos com as edificações existentes e a escala como forma de estabelecer uma relação mais directa com as referências espaciais dos moradores. As condicionantes físicas colocadas pelas pré-existências e pela topografia da área de implantação são resolvidas através de um trabalho de articulação, simultaneamente em planta e em corte, das diferentes tipologias. Ainda que a análise da planta revele a existência de uma métrica de 6 por 7,7 metros que sustenta a organização do bairro, nenhuma tipologia, com a excepção do tipo T1, está circunscrita a esta medida. Desta regra subentendida surgem excepções que se manifestam nos diferentes remates criados através da variação tipológica, da qual derivam três organizações distintas do tipo T2, no avanço do piso superior sobre os corredores de acesso às habitações e no único fogo T4 que, de forma pragmática, resulta do acrescento de um volume a um T3. A evocação do *“processo de urbanização por sucessivas adições característico da arquitectura popular”*⁹³, é reflexo da preterência de modelos estereotipados pelo método que parte da análise da realidade nas suas diferentes dimensões, em sequência do conhecimento obtido do habitat rural com o “Inquérito”, aplicada agora em contexto urbano. Não se identifica, portanto, a lógica de repetição de fogos em banda contínua que se encontra em quase todos os bairros SAAL construídos no Porto, nem a organização longitudinal

⁹² Note-se as diferenças na organização do fogo e do conjunto que Sérgio Fernandez desenha para a segunda fase.

⁹³ FERNANDES, Eduardo, A Escolha do Porto..., pág. 471

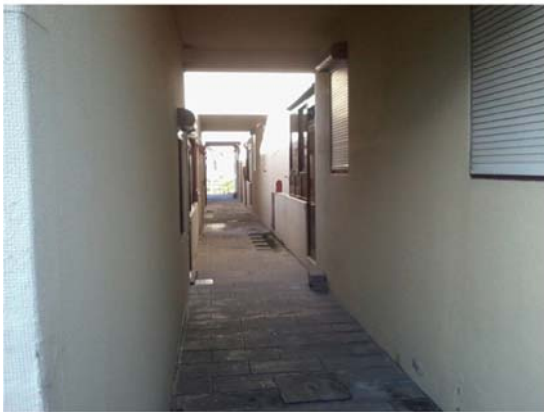


Fig. 22 Bairro do Leal, fotos do estado actual (autor).

do fogo, que aqui se torna mais largo e menos profundo. No caso das tipologias T2 a largura ultrapassa mesmo a profundidade, o que constitui um caso único no Porto (em bairros da mesma escala) e raro no país, já que os casos⁹⁴ semelhantes são encontrados em zonas de carácter predominantemente rural onde a disponibilidade de terreno é maior. No entanto, aqui a redução da profundidade do fogo decorre da necessidade de resolver em vários patamares o acentuado declive sem alterar o perfil das ruas adjacentes, atribuindo à leitura da topografia um papel essencial para a definição do desenho. A adaptação ao terreno joga simultaneamente com a elevação de habitações através de plataformas em betão (assumidas na fachada) e com habitações de dois pisos parcialmente soterradas ao nível do rés-do-chão, com a escada como elemento de articulação com o exterior. Por sua vez, o perfil das coberturas joga com a alternância entre os telhados de uma só inclinação das habitações térreas e os telhados de duas águas dos dúplex.

O conjunto torna-se mais do que a soma das partes pela forma como os espaços comunicam entre si, da qual transparece com maior evidência a participação dos moradores no sentido da continuidade das rotinas do bairro. Os fogos posicionam-se frente a frente partilhando os acessos, em que a escala muito próxima da escala doméstica, realçada pelo avanço do piso superior, concede a este espaço um carácter mais intimista. O papel da mulher, mais ciente das necessidades devido à maior permanência em casa, teve especial relevância nos processos de participação, não só na questão da organização interna pela recusa da integração da cozinha na sala, inicialmente proposta, mas também nas estratégias definidas para a promoção do convívio entre moradores; as relações visuais entre os vãos das cozinhas reduzem a sensação de isolamento enquanto a junção dos logradouros, onde eram colocadas as pias de lavar roupa, permitia a reunião para conversarem.⁹⁵ Com a mudança dos tempos e o próprio estilo de vida dos seus habitantes, estes espaços foram perdendo a

⁹⁴ Dos bairros já referidos anteriormente temos como exemplos, apenas para citar alguns, os bairros do Castelo (Ferreira do Alentejo) e Fazendas de Almeirim (Almeirim).

⁹⁵ Sergio Fernandez: SAAL em Portugal (IX Seminário Internacional)



Fig. 23 Bairro do Leal, planta das demolições e fotos do estado actual (autor).

função inicialmente prevista, razão pela qual foram na sua maioria fechados por marquises, visto serem mais úteis, dadas a suas dimensões, como espaços de apoio ou arrumos. Embora não exista uniformidade nestas alterações relativamente aos materiais usados, a complexidade formal do conjunto permite manter o carácter unitário do bairro.

Mesmo com as profundas alterações ocorridas na envolvente, no Bairro do Leal, ao contrário do que aconteceu em S. Vítor⁹⁶, as relações de escala, tipológicas e topográficas, conseguem garantir a coerência e a integração do conjunto no lugar. Mas se o efeito sobre o objecto arquitectónico pode ser atenuado, o mesmo não acontece com as pessoas e a imagem do local que na última década tem vindo a ser transfigurado e que, por se localizar no interior de um quarteirão, tem permanecido ocultado para a restante cidade. As antigas ilhas, para as quais estavam previstas intervenções de recuperação que nunca se realizaram, foram sendo abandonadas pelas pessoas depois de “incentivadas” a encontrar, por “iniciativa própria”, habitação em bairros camarários, até restarem apenas duas famílias (uma delas composta apenas por uma pessoa), que ainda hoje ocupam as suas casas.⁹⁷ Com o progressivo abandono das habitações, foram se reunindo condições para actividades marginais, cuja solução encontrada teve como resultado novos problemas. As demolições procedidas pela CMP, não só condenaram o conjunto de ilhas ainda existentes à necessidade da sua total demolição, devido ao agravado estado de ruína em que se encontram, como tornou o interior deste quarteirão num espaço degradado e propício a actos de vandalismo e a novas ocupações de casas devolutas, que ainda hoje ocorrem e para as quais não tem existido nenhuma intervenção por parte das entidades competentes⁹⁸. O clima instalado entre os moradores, quer os do novo Bairro do Leal como os das antigas ilhas, é de insegurança permanente, acentuando ainda mais a situação de isolamento em que se encontram e a urgência de uma intervenção neste zona, no sentido da sua revitalização para uma

⁹⁶ Depois de demolidos os muros pré-existentes que faziam parte da obra, o bairro de S. Vítor ficou “condenado à incompreensão e ao vandalismo”, COSTA, A. Alves, “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano”, pág. 34

⁹⁷ Em conversa com Aurélio Simões, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro do Leal.

⁹⁸ Ocupação de um antigo café situado na Rua das Musas por uma comunidade cigana. (*Idem*)

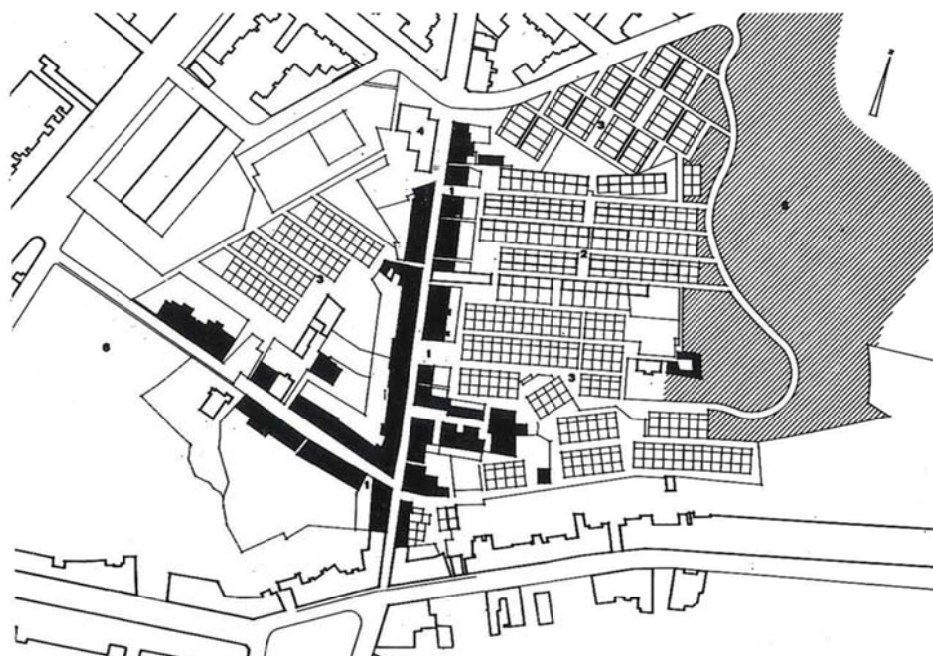


Fig. 24 Bairro das Antas, planta de localização (esc. 1:5000), planta da operação (RAMALHO, Pedro, Projectos e Obras de 1963 a 1995, pág. 28) e foto da maquete de implantação (autor).

resolução efectiva dos problemas.

3.2. Bairro das Antas

No Bairro das Antas, Pedro Ramalho projecta 32 habitações que correspondem apenas à primeira fase de uma operação que abrangia 433 famílias⁹⁹, alojadas em ilhas que se estendiam por uma área relativamente grande e bem delimitada. Partilhando com a operação do Bairro do Leal o facto de terem iniciado na mesma altura (Outubro de 74) e de a intervenção incidir sobre o mesmo tipo de habitação e em contexto social semelhante, a resposta partilha igualmente a intenção de preservar “*tanto quanto possível a sua unidade social e urbana*”¹⁰⁰. No entanto, aqui o contexto urbano caracteriza-se pelo confronto de duas realidades contrastantes, ambas determinadas pela uniformidade de escala e carácter das habitações e das artérias que as estruturam. Do lado da Rua das Antas, prevalece a escala das ilhas uma vez que não é a casa burguesa que ladeia as ruas, pois quando esta zona se desenvolveu já estaria provavelmente muita afastada do centro e/ou muito próxima de áreas industriais. Mais a oeste fica a Avenida Fernão de Magalhães, onde a escala e o carácter burguês dos edifícios destacam a importância desta via na estrutura urbana do Porto. Assim sendo, surgem aqui novas questões a ponderar no que diz respeito à escala do projecto a adoptar.

Depois do reconhecimento das necessidades através de inquéritos à população e de um extenso trabalho de levantamento das pré-existentes (comprovado pela vasta produção documental disponível no Arquivo Distrital do Porto), a estratégia definida para a operação englobava a construção de habitações novas distribuídas por diferentes sectores em função da tipologia e a recuperação de habitações à face da rua e ilhas em banda, tendo como preocupação a “*não diferenciação, nem em áreas nem em qualidade*

⁹⁹ OLIVEIRA, Paula, MARCONI, Francesco, Política y proyecto, pág. 131

¹⁰⁰ RAMALHO, Pedro, Projectos e Obras de 1963 a 1995, pág. 28

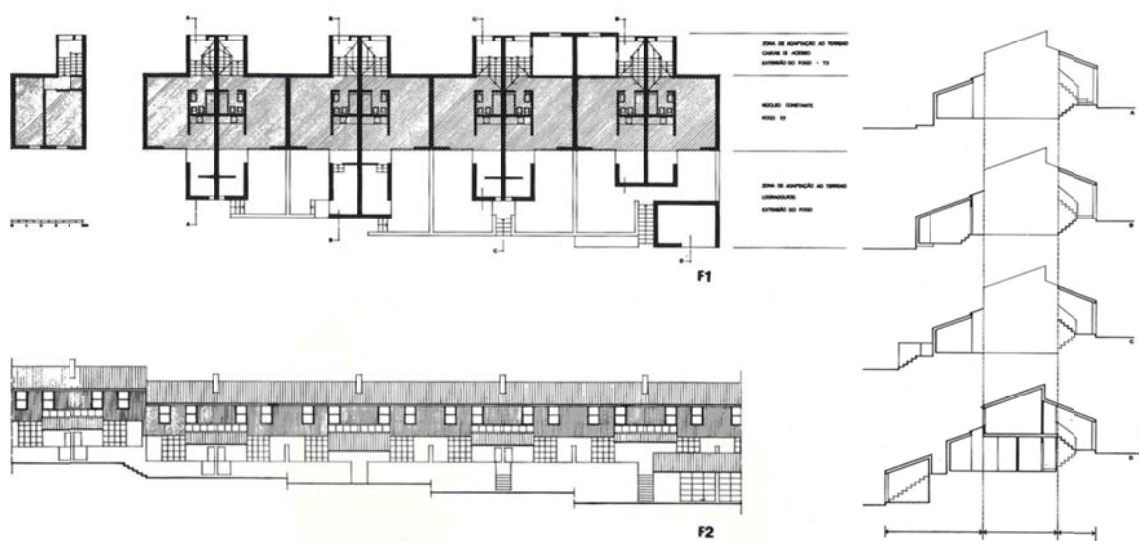
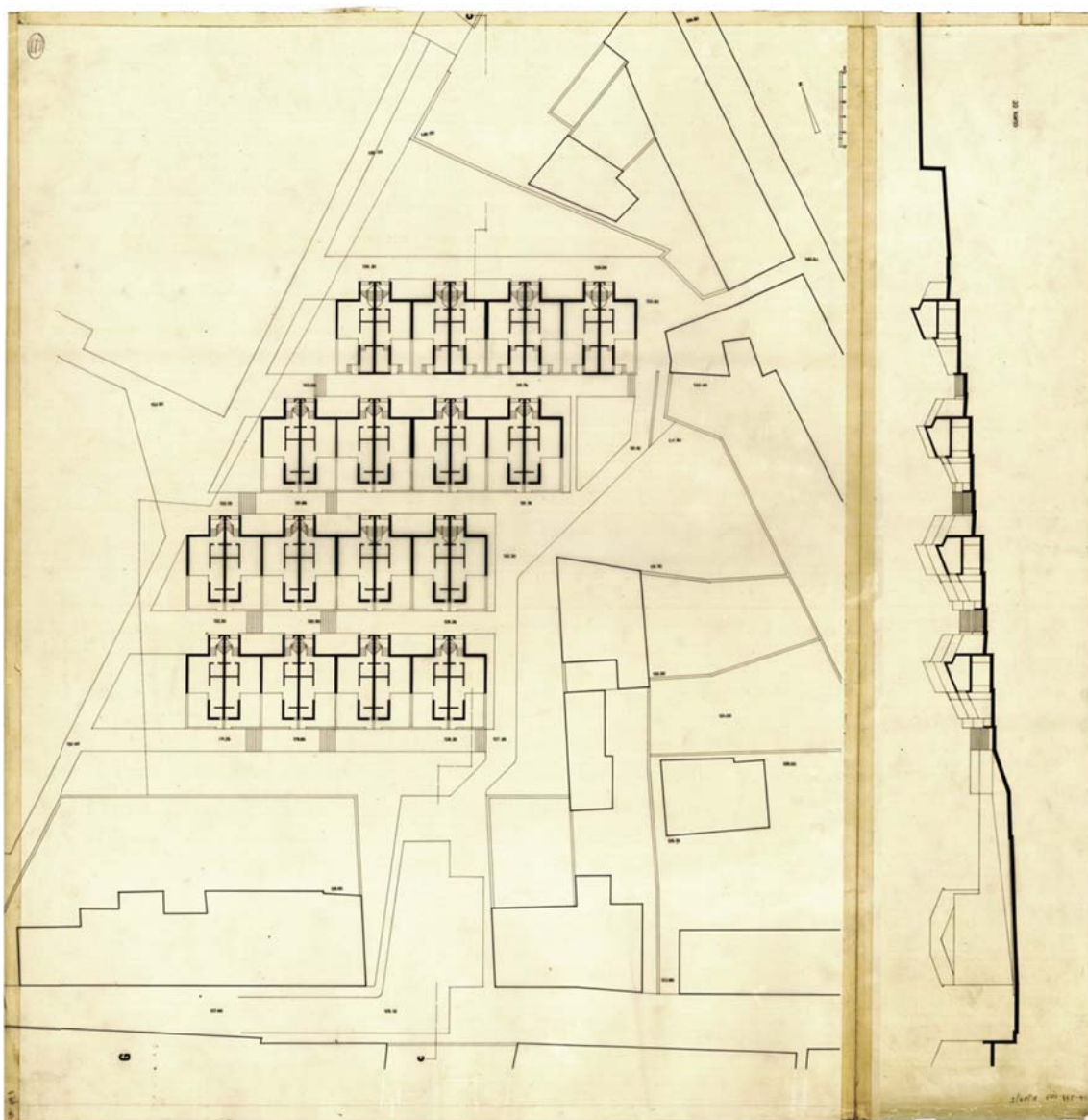


Fig. 25 Bairro das Antas, planta de implantação e corte (Arquivo Distrital do Porto), planta das habitações, cortes e alçado (RAMALHO, Pedro, Projectos e Obras de 1963 a 1995, pág. 29).

*dos fogos recuperados e dos fogos totalmente novos*¹⁰¹ Por isso, o que se vê construído na zona situada entre a Rua das Antas e a Avenida Fernão de Magalhães, logo, entre duas escalas distintas, são habitações de dois pisos em banda.

Ao contrário da diversidade tipológica que se verifica no exemplo anterior, a extensão da operação exigia uma resposta mais sistemática identificando-se a referência formal e tipológica do conceito da “ilha proletária”, com a adopção de bandas formadas a partir da repetição de fogos T2 dispostas de forma equidistante sobre o terreno. Contudo a solução adquire um carácter mais específico com a aposta na capacidade de adaptação do fogo-tipo às principais variáveis encontradas: a morfologia do terreno, bastante irregular e de forte inclinação, e a composição do agregado familiar e a sua evolução, sendo o único projecto do SAAL Norte onde é explorada a possibilidade evolutiva da habitação. Apesar do desenvolvimento longitudinal do fogo, é possível, mais uma vez, estabelecer uma “linha de continuidade” com o Bairro do Leal relativamente à sua organização interna: logradouro, cozinha e sala partilham das mesmas posições relativas, sendo que no prolongamento da cozinha é acrescentado um volume de um piso que pode apresentar diferentes configurações dependendo das condições do terreno; o quarto de banho passa para o piso térreo perante o recuo das escadas que passam a estar destacadas do volume principal que, para além de permitir a articulação com o exterior deste lado da habitação, configura um vazio que pode ser edificado para acrescentar um quarto.

A dinâmica resultante da diferença de altimetria dos alçados, evidenciada no perfil da empena, vem enfatizar a relação com a topografia. Por outro lado, o contraste entre a maior opacidade do alçado norte e a maior complexidade volumétrica e permeabilidade com a utilização de “panos de vidro” no alçado sul, denota, por evocação da relação das ilhas tradicionais de uma só frente com os corredores que as serviam, a intenção de dotar as ruas do mesmo potencial de uso. Esta relação ganharia mais força através da sensação de diminuição do espaço entre bandas que a maior extensão das ruas podia

¹⁰¹ Relatório da brigada do mês de Abril (Arquivo Distrital do Porto)



Fig. 26 Bairro das Antas, fotos actuais do bairro e da envolvente (autor), imagem aérea da zona (fonte: BingMaps).

provocar, como seria possível experienciar na restante parte projecto, caso se tivesse construído. Não é, contudo, na questão do modo de apropriação dos espaços que a não concretização da totalidade do projecto, que também incluía a recuperação das habitações à face da rua, suscita maior discussão.

Se o projecto para as Antas procurava através de um processo orgânico de adequação à morfologia do terreno, preencher os espaços vazios estabelecendo relações de escala e de vivências, à semelhança do que os italianos chamavam “*terceira geração de planos, feitos mais para estabilizar as cidades do que para as acrescentar*”¹⁰² (onde também se inclui o Bairro do Leal), essa intenção é contraposta, já durante a transição do século, pela intervenção ocorrida nesta zona. O Agrupamento Habitacional das Antas construído pela Câmara, precisamente onde a restante parte do projecto do SAAL se desenvolvia, retoma a “receita” dos blocos convencionais de 4 e 5 pisos. A implantação procura relacionar-se com a malha definida pela Avenida Fernão de Magalhães mas que, pela distância, essa relação dilui-se nas discontinuidades geradas com a envolvente próxima. Os contactos estabelecidos, quer com a Rua das Antas quer com as ilhas que ainda existem, reavivam as mesmas dificuldades de integração na estrutura urbana do Porto que existiam nos bairros do Plano de Melhoramentos. O choque de escalas acentuou-se nesta zona, com a agravante de que os seus limites se esbatem em virtude da tentativa de incorporar, aos bocados, lógicas de implantação distintas reassumindo modelos contra os quais o SAAL procurou contrapor. O Bairro das Antas aparece-nos hoje como um fragmento demasiado pequeno e desintegrado do lugar, potenciado pelo carácter mais autónomo do modelo adoptado face à envolvente, para que possa ultrapassar a alteração de escala desta zona, sem que se torne em mais um elemento descontextualizado (e estigmatizado) da malha urbana.

¹⁰² BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 234



Fig. 27 Bairro do Contumil, planta de localização (esc. 1:5000), planta de implantação e corte (Associação de moradores do Bairro do Contumil).

3.3. Bairro do Contumil

O Bairro do Contumil, da autoria do arquitecto Célio Costa, está entre as operações do SAAL Norte mais tardias (Abril de 75) e entre as poucas que, não tendo iniciado a construção antes de Fevereiro de 77, portanto, antes do lançamento do despacho que viria a desencadear a paralisação do processo no Porto, conseguiria ainda assim ver a sua 1ª fase concluída com 62 fogos. Acontecimento que não estará completamente dissociado do facto de este bairro se encontrar numa zona periférica, a oeste da cidade, logo em terrenos menos pressionados pela especulação imobiliária. Enquanto os exemplos anteriores se inseriam em áreas consolidadas da malha urbana, aqui existem simultaneamente quarteirões bem definidos e vastas áreas agrícolas onde surgiam casas dispersas. Paralelamente, o estilo de vida dos habitantes também se dividia entre os que se deslocavam para o trabalho no centro da cidade e os que tinham no cultivo dos campos o principal meio de subsistência.

A extensão e dispersão da área de influência exigiram a divisão da operação em diferentes sectores¹⁰³. A área de implantação do único sector que se concretizou, o da Quinta do Almor, definia-se pelos contornos irregulares e pela topografia acidentada com a presença de muros que resolviam o declive, tendo apenas uma rua estreita, a Rua das Coelhas, a ladear a zona. A predominância do carácter rural sem referências construídas na proximidade e não existindo uma uniformidade no que diz respeito às tipologias de origem dos moradores, o modelo de habitações em banda característico do SAAL Norte é, pela sua facilidade de reprodução, a solução adoptada.

Embora existam pontos em comum com o Bairro das Antas, eles são também acompanhados de adaptações às condições específicas do lugar. A disposição das bandas face ao declive do terreno é a mesma, ou seja, frente com costas, onde também se recorre a patamares para vencer os desníveis do terreno. No entanto, são introduzidos espaços

¹⁰³ Em Março de 1976 a operação estava dividida em 4 núcleos fundamentais, 3 de construção nova (“Quinta do Almor”, “Lugar do Aterro” e “n.º 1000”) e um de recuperação e construção (“Tribunal”) que somariam cerca de 400 fogos. (Relatório da brigada de 15 de Fevereiro a 15 de Março de 1976, Arquivo Distrital do Porto)

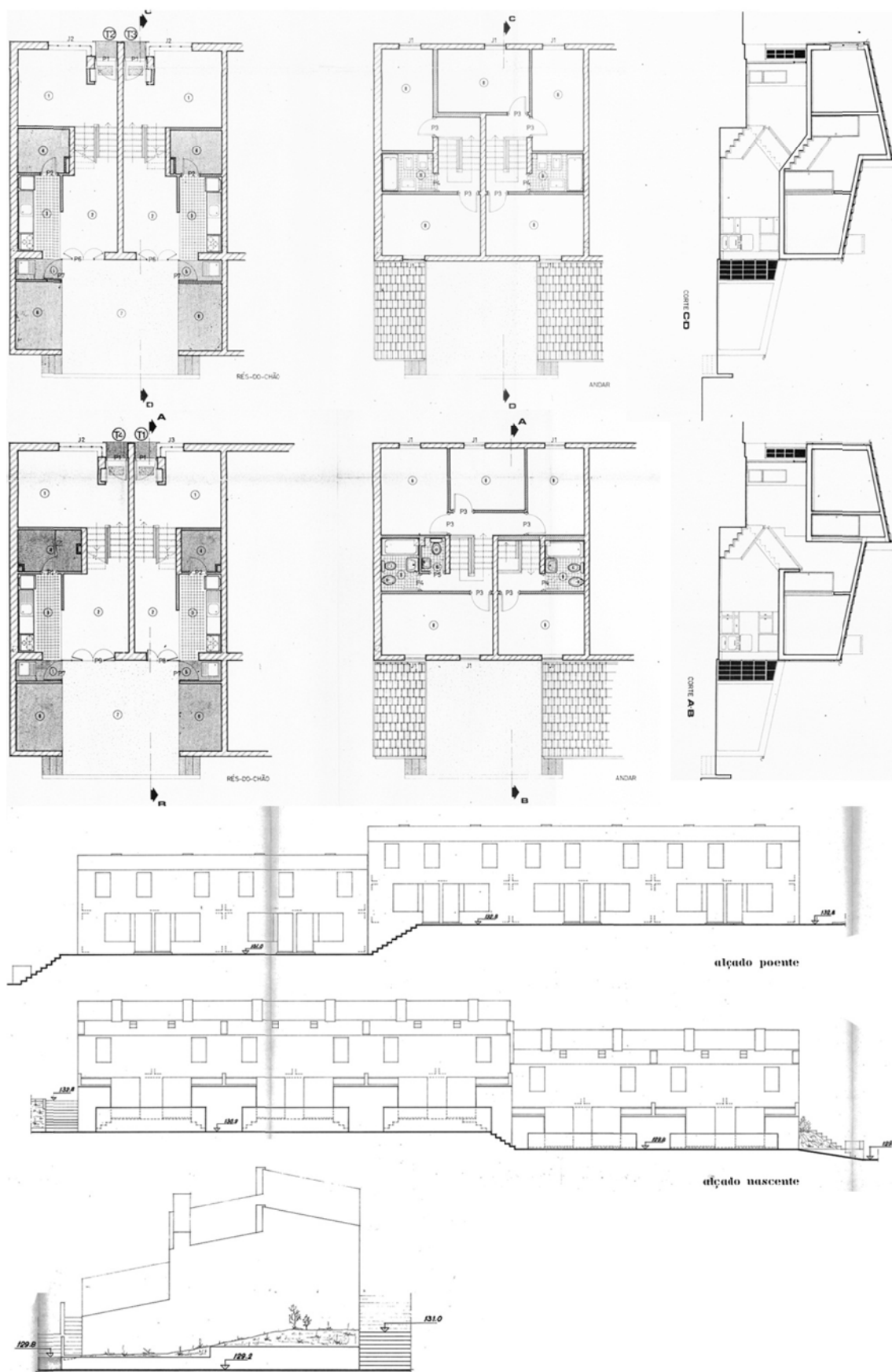


Fig. 28 Bairro do Contumil, plantas e cortes das habitações (T2-T3 e T1-T4) (Arquivo Distrital do Porto), alçados (Associação de moradores do Bairro do Contumil).

abertos que interrompem as bandas permitindo criar ligações transversais no bairro através de escadas, quebrado assim com a predominância longitudinal das ruas interiores e a sensação de repetição. A resolução do fogo face à diferença de cotas entre os alçados repercute-se igualmente no perfil da empena, onde também se procura um desenho mais dinâmico através do desencontro dos telhados, se bem que aqui aproveita-se para criar entradas de luz para o interior, para além de que ambos os alçados apresentam dois pisos, afastando-se assim de conotações com as ilhas. No alçado nascente também se identifica os mesmos elementos compositivos: o volume de um piso de apoio ao logradouro, só que aberto, os “panos de vidro” no piso térreo e as chapas onduladas no piso superior.

Se noutros bairros se verifica uma natural “contaminação” de ideias entre as brigadas do SAAL Norte, no Bairro do Contumil surge uma solução bastante original para a organização interna das habitações que se repercute no modo de composição do bairro. Enquanto na generalidade dos casos o fogo é a unidade básica de composição das bandas, aqui é um módulo, de 9 por 9 metros, que articula fogos do tipo T1 com T4 e fogos T2 com o T3. Assim consegue-se apresentar diferentes tipologias, ao contrário do que acontecia nas Antas, onde só existem tipologias T2 (embora compensada com a capacidade evolutiva), sem que se perca o controlo sobre a dimensão das bandas, como acontece no Bairro da Maceda. Esta particularidade que consiste num encaixe de duas habitações, em planta e em corte, resulta da resolução do fogo em quatro meios pisos articulados pela escada colocada ao centro em que o último meio piso da tipologia maior avança parcial ou totalmente sobre a menor. Ao nível do rés-do-chão (ou seja, sala e cozinha) a parede divisória, no caso do módulo T1-T4, move-se do centro para ganhar espaço para a tipologia maior. A localização da escada ao centro permite também uma maior versatilidade na adaptação ao terreno, como se pode confirmar no momento da chegada ao bairro, nos diferentes perfis dos telhados do primeiro conjunto.

Nas plantas do projecto, datadas de Dezembro de 76, podemos verificar que os logradouros são concebidos como espaços partilhados, numa intenção por parte do

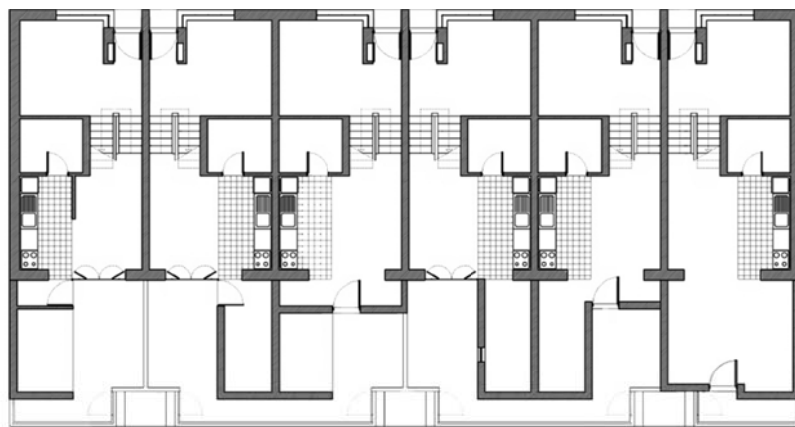


Fig. 29 Bairro do Contumil, esquema das diferentes apropriações do logradouro e fotos do estado actual (autor).

arquitecto de promover, talvez de forma excessiva¹⁰⁴, as relações de vizinhança. Esta solução é então posteriormente modificada para passarem a ser espaços individuais, aproximando-se assim da solução apresentada no Bairro das Antas. Mas se no exemplo anterior, os logradouros permanecem na maior parte dos casos como espaços abertos, no Bairro do Contumil têm sido alvo de muitas alterações, desde o encerramento do volume de apoio até ao avanço total da fachada do piso terreno, revelando a versatilidade deste espaço e a aproximação aos processos de apropriação do espaço, característicos dos meios rurais.

Apesar da forma heterogénea como estas alterações se foram fazendo ao longo dos anos, sem uniformidade quanto aos materiais, medidas ou alinhamentos, o bairro mantém a integridade do conjunto, afirmada pela recente intervenção de renovação do bairro, da iniciativa da associação de moradores. Motivada pela necessidade de resolver o conforto térmico das habitações, procedeu-se à substituição das chapas onduladas de fibrocimento pelo sistema “capoto” e das telhas (de Marselha) pelo sistema “sanduiche” com isolamento já incorporado, que simulam as telhas em canudo. Para além das questões técnicas, também existiu uma preocupação em obter, através da caracterização dos alçados, uma imagem que evoque o espírito de comunidade: o contraste cromático dos pisos no alçado poente e a diferenciação dos patamares no alçado nascente acentuam o plano horizontal como elemento que percorre e liga todo o bairro, enquanto os elementos verticais no telhado enfatizam a ideia de repetição assim como as janelas que assumem o seu verdadeiro desenho com a remoção das molduras de madeira. Desta forma, o bairro adquire uma imagem renovada e contemporânea assumindo uma forte proeminência numa zona que ainda mantém muitas das características de quando foi construído. Por outro lado, o Bairro do Contumil apresenta-se como um exemplo positivo de gestão do próprio habitat e de organização dos moradores, sob a figura de uma associação, que foi e que continua a ser fundamental para o bairro.

¹⁰⁴ Em conversa com os moradores, percebeu-se que esta solução foi recebida com algum desagrado.

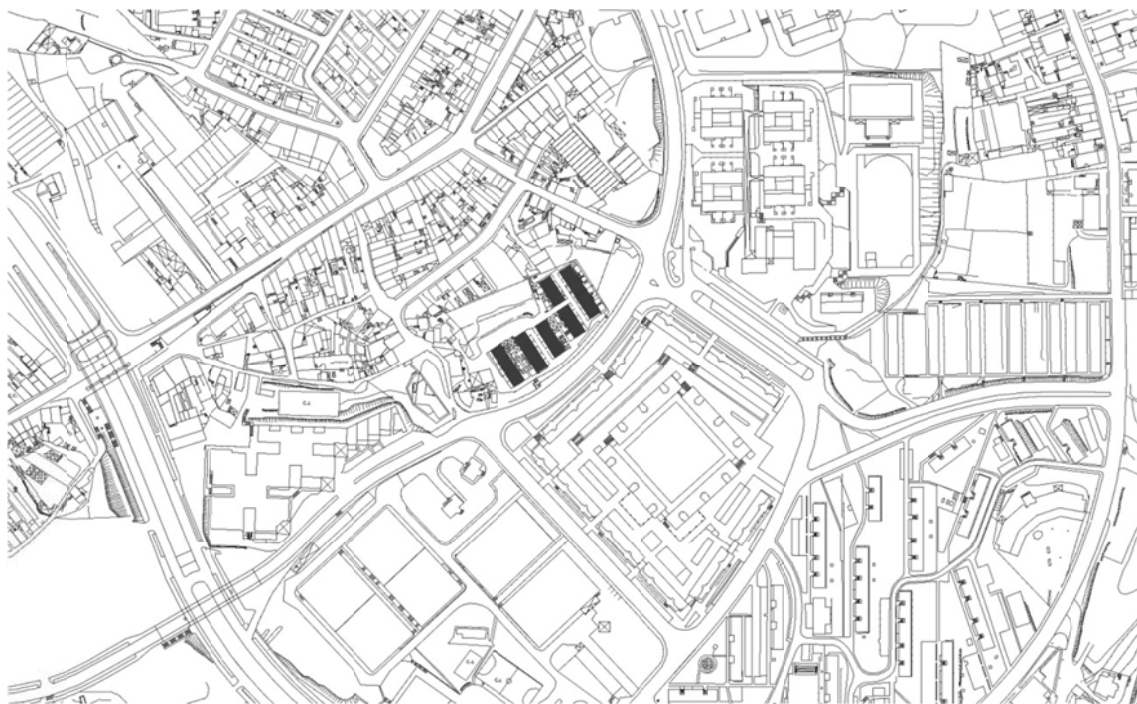


Fig. 30 Bairro da Maceda, planta de localização (esc. 1:5000), planta de implantação sobreposta sobre o antigo bairro da Maceda (Arquivo Distrital do Porto).

3.4. Bairro da Maceda

O Bairro da Maceda, com projecto de Alcino Soutinho, foi dos primeiros bairros do SAAL Norte, com 33 fogos, a começar a ser construído (Novembro de 75), pouco mais de um ano depois de ter iniciado a operação que previa mais 14 fogos, que não chegaram a ser construídos. Situado numa zona de transição entre quarteirões bem definidos e uma vasta área não urbanizada, o antigo bairro consistia num alinhamento de casas adorado a um talude acedido por uma passagem em túnel sob um conjunto de habitações que ladeavam a Travessa da Maceda, mas que hoje já não existem.

Mais do que em qualquer outro bairro SAAL construído no Porto, a solução encontrada denota a procura de uma resposta célere e objectiva ao problema habitacional, ao se optar pela aplicação directa de modelos europeus situados entre as duas guerras de arquitectos como J.J.P. Oud, Ernst May e Bruno Taut, que já “*tinham dado corpo a uma forma de pensar a cidade e a habitação operária enquanto expressão de uma regra*”.¹⁰⁵ Desta forma, estabelece-se mais facilmente comparações com outros exemplos do SAAL Norte: os bairros da Bouça e S. Vítor, de Álvaro Siza.

A atitude pragmática do arquitecto expressa-se na despreocupação com aproximações à envolvente, procurando apenas ocupar a totalidade do terreno disponível em detrimento dos alinhamentos e dimensões das bandas, agregando no mesmo volume diferentes tipologias com diferentes larguras. Ao contrário da complexidade volumétrica dos bairros referidos anteriormente (Leal, Antas e Contumil), motivada pela necessidade resolver declives acentuados, aqui, pela regularidade do terreno, as bandas de dois pisos apresentam-se como volumes puros, com a particularidade de apresentarem simultaneamente logradouros nas traseiras e pequenos espaços semi-privados que antecedem as entradas principais. Como forma de atenuar a simplicidade volumétrica, à semelhança do que acontece em S. Victor, também aqui se recorreu, em ambos os alçados, ao jogo de contrastes entre a

¹⁰⁵ BANDEIRINHA, J. A., “Processo SAAL - O direito à arquitectura”, (p.n.n.)

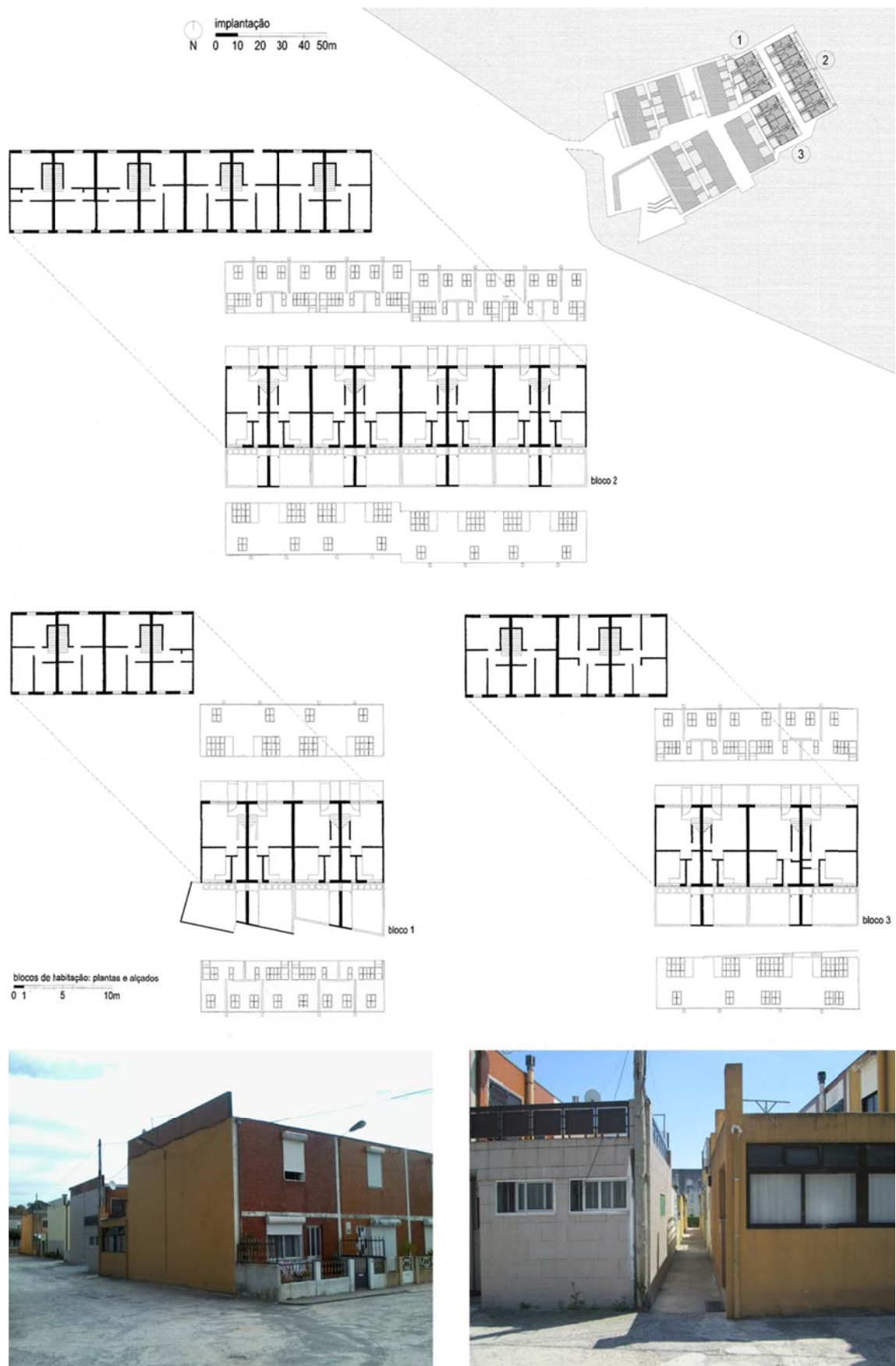


Fig. 31 Bairro da Maceda, planta de implantação e das habitações e alçados (BANDEIRINHA, J. A., Processo SAAL..., pág. 427), fotos do estado actual (autor).

permeabilidade do piso térreo, com a utilização de “panos de vidro”, e a maior opacidade do piso superior, com janelas verticais colocadas ao centro do fogo.

Também na disposição das bandas este bairro se aproxima mais de exemplos como o da Bouça, ao dispor as bandas frente com frente; para além da rua principal e das ruas transversais, a implantação gera entre os logradouros um corredor mais estreito que visa potenciar as relações de vizinhança. No entanto, surge aqui um exemplo evidente da discrepância entre as expectativas de uso por parte do arquitecto e a utilização efectiva dos moradores. O contacto tão próximo entre dois espaços de uso privado associado à vontade de ganhar área construída, conduziu à edificação total dos logradouros em praticamente todos os fogos retirando ao corredor a sua função prevista, tornando-o hoje num espaço de passagem exíguo e sem relação com os espaços a que estava articulado.

A imagem deste bairro encontra-se hoje muito alterada por intervenções individuais que se concretizam em acrescentos nos logradouros, nos diferentes revestimentos exteriores e na substituição de portas e janelas. Embora estas alterações se devam em grande medida à ausência de uma identificação dos moradores com um modelo distante das suas referências, elas também se explicam pela necessidade de resolução de problemas mais específicos, resultantes de opções de desenho, da contenção de custos e de problemas durante a sua construção. A heterogeneidade dos revestimentos das fachadas é, em parte, a continuação de um processo individual iniciado com a construção dos muros que delimitam o espaço que antecede a entrada principal que, no momento da ocupação das casas, não tinham sido construídos. Outra razão que explica as intervenções nestes espaços, bem como a edificação dos logradouros, é a necessidade de resolver as infiltrações causadas pelo facto de o piso térreo estar a uma cota mais baixa que o exterior; por sua vez, esta solução, muito pouco usual, decorre da opção de utilizar uma escada de tiro para aceder ao piso superior, em que a descida da cota do piso térreo permite compensar o menor comprimento da escada.

É curioso constatar em conversas com os moradores que os “muitos problemas”

decorridos de opções de arquitectura e da construção, não impedem que sejam “boas casas”; assim, o maior problema do bairro (para os seus habitantes) está no espaço exterior pouco qualificado. Apesar das inúmeras transformações que o bairro tem sofrido ao longo do tempo, denunciando um processo participativo muito condicionado pelo contexto de emergência que se vivia, também revelado no pragmatismo do projecto, verifica-se um vínculo bastante forte entre os moradores e a habitação. Independentemente da imagem pouco unitária que o bairro apresenta hoje, ela é a manifestação da individualidade de cada um, concedida pela capacidade de transformação de um modelo de habitação.

Actualmente este bairro encontra-se em estudo pela Câmara para a construção das restantes 14 habitações que faltam do projecto inicial, bem como a requalificação do espaço exterior do bairro e da Travessa da Maceda, uma das necessidades mais prementes deste bairro.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Em conversa com os moradores do bairro.

Conclusão

O SAAL no Porto, bem como a própria cidade, foram marcados essencialmente por dois modelos de habitação: os bairros de ilhas e os bairros do Plano de Melhoramentos. Apesar do espaço temporal que os separa, das diferenças tipológicas, morfológicas, de localização, de escala, e de um ser de iniciativa privada e o outro de iniciativa estatal, eles partilham do mesmo facto de serem concebidos a partir de critérios definidos por quem os promove e não por quem neles vai habitar, sendo por essa razão que se transformaram em problemas em vez de soluções. Enquanto que, face às ilhas, o SAAL procurou intervir, aos bairros do Plano de Melhoramentos, procurou-se essencialmente reagir, paralelamente ao contexto generalizado de recusa dos modelos definidos pela Carta de Atenas.

A metodologia usada no SAAL visava fundamentalmente alterar pressupostos nos processos de realojamento e na abordagem à concepção arquitectónica que tivesse em consideração a especificidade de cada caso e que a partir da prática, pudesse desenvolver uma teoria de *“intervenção na cidade que invertesse a lógica de interesses até ali praticada.”*¹⁰⁷ A capacidade de adaptação a diversas situações, a participação dos moradores em todas as fases do processo, nomeadamente na fase da concepção, a valorização da relação das pessoas com o lugar (com a manutenção das localizações originais), constituíam princípios fundamentais que visavam complementar o “direito à habitação”, com o “direito à cidade” e o “direito à arquitectura”.

O contributo do SAAL demonstra-se pelos vários exemplos construídos por todo o país, que se devem ao empenhamento dos moradores e à *“existência de um amplo grupo de técnicos interessados em encontrar colectivamente «a melhor solução»”*¹⁰⁸. O estudo dos bairros SAAL no Porto (Leal, Antas, Contumil e Maceda) e das transformações ocorridas na envolvente (Leal e Antas) e no próprio bairro (Contumil e Maceda) revelam a validade actual dos princípios identitários do SAAL. O Bairro do

¹⁰⁷ COSTA, A. A., “1974-1975, o SAAL e os Anos da Revolução” in *Arquitectura do Século XX: Portugal*, pág. 65

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Paula, MARCONI, Francesco, *Política y proyecto*, pág. 110-111 (tradução do autor)

Leal mostra que nas cidades, em especial nos centros históricos, só é possível preservar as suas estruturas e uma vivência saudável com pessoas que as habitem e que reconheçam o seu valor histórico e social, suportados por intervenções que partam igualmente dos mesmos valores. O bairro das Antas vem, através dos contrastes dos modelos adoptados na zona, demonstrar a necessidade de encarar os bairros sociais numa lógica abrangente de continuidade com a restante cidade, incorporando as características do lugar. Ao mesmo tempo, é revelador que dentro das estruturas do poder se mantém a mesma óptica sobre a habitação em massa, com o recurso a soluções habitacionais que anteriormente se mostraram ineficazes. O Bairro do Contumil é um reforço para o conceito da gestão do próprio habitat e do espírito de colectividade entre os moradores, que foram a base primordial do processo SAAL. Por sua vez, o Bairro da Maceda, é bem demonstrativo de que é na capacidade de transformação da própria habitação que reside o verdadeiro vínculo entre a habitação e o habitante.

Conclui-se que a diferença entre o sucesso ou o insucesso de um bairro social está na imagem que os moradores têm do próprio bairro, da ligação com o lugar e da capacidade de o cuidar, porque *“difícilmente um edifício é rentável se não encontra pessoas que o consigam gerir, e curiosamente isto nunca entra num estudo económico, e é fulcral para o sucesso de uma obra”*¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Paulo David, “Em Reportagem”, RTP-M

Bibliografia

BANDEIRINHA, José António, “Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal”, JA – Jornal Arquitectos 226, Janeiro/Março 2007.

BANDEIRINHA, José António, “Processo SAAL - o direito à arquitectura” em FIGUEIRA, Jorge; PROVIDÊNCIA, Paulo; GRANDE, Nuno (Comissários), Porto 1901 / 2001. Guia de Arquitectura Moderna, Porto, Ordem do Arquitectos - SRN, Ed. Civilização, 2001.

BANDEIRINHA, José António, O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra, e|d|arq - DA FCT UC, 2007 (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra em 2001).

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Plano de Melhoramentos, Porto, CMP, 1966.

CARDOSO, António, Marques da Silva. Arquitecto 1869/1947, Catálogo da Exposição, Porto, 1986.

CONSELHO NACIONAL DO SAAL, Livro Branco do SAAL 1974-1976, Vila Nova de Gaia, 1976.

COSTA, A. A., “1974-1975, o SAAL e os Anos da Revolução” em Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, Portugal: Arquitectura do Século XX., Munchen: Deutsches Architektur-Museum, 1997.

COSTA, Alexandre Alves, “A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano”, JA – Jornal Arquitectos 204, Janeiro/Fevereiro 2002; edição consultada: COSTA, Alexandre Alves, Candidatura ao Prémio Jean Tschumi - Prizese Nominee - UIA 2005, AO / Caleidoscópio, 2005.

COSTA, Alexandre Alves, “Intervenção Participada na Cidade / A Experiência do

Porto”, Lotus International nº 18, 1978; edição consultada: COSTA, Alexandre Alves, Candidatura ao Prémio Jean Tschumi - Prize Nominee - UIA 2005, AO / Caleidoscópio, 2005.

FERNANDEZ, Sergio, Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930/1974, Porto, F.A.U.P., 1988 (1ª ed., do autor, 1985).

FERRÃO, Bernardo, Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almas, 1758/1813, Porto, ed. da F.A.U.P., 1989 (1ª ed., do autor, 1985; edição consultada: 3ª ed., FAUP, 1997).

FERRÃO, Bernardo, “Tradição e modernidade na obra de Fernando Távora 1947/1987” em TRIGUEIROS, Luiz (ed.) FERNANDO TÁVORA, Lisboa, Ed. BLAU, 1993.

FRAMPTON, Kenneth, História Crítica da Arquitectura Moderna, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

GROS, Marielle Christine, O Alojamento Social Sob o Fascismo, Lisboa, Afrontamento, 1982.

MONTANER, Josep Maria, Depois do Movimento Moderno: Arquitectura da segunda metade do século XX, Barcelona, Gustavo Gili, 2001.

OLIVEIRA, Paula, MARCONI, Francesco, Política y proyecto, Barcelona, Gustavo Gili, 1978.

PEREIRA, Nuno Teotónio - Escritos: 1947-1996, selecção. Porto, FAUP, 1996.

PORTAS, Nuno, A Habitação Social - Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura, trabalho de CODA apresentado em Dezembro de 1959; reeditado em 2004: Porto, FAUP publicações (ed. cons.).

PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, Revista de Crítica de Ciências Sociais, nº 18/19/20, Fev. 1986.

PORTAS, Nuno, Os Tempos das Formas - volume I, Guimarães, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005.

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Maio/Junho de 1948. Relatório da comissão executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948; reeditado em TOSTÕES, Ana (coord.), Congresso Nacional de Arquitectura, Maio/Junho de 1948. Relatório da comissão executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2008.

RAMALHO, Pedro, Projectos e Obras de 1963-1995. Lisboa, A.A.P., imp. 1995.

TÁVORA, Fernando, O Problema da Casa Portuguesa, Lisboa, Cadernos de Arquitectura #1, 1947; reeditado em TRIGUEIROS, Luiz (coord.), FERNANDO TÁVORA, Lisboa, Ed. BLAU, 1993.

TEIXEIRA, Manuel C., As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940 - Análise Social, vol. XXVII (115), 1992 (1.º), 65-89).

TEIXEIRA, Manuel C., Habitação Popular na Cidade Oitocentista, as ilhas do Porto, Lisboa, FCG/JNICT, 1996.

TRIGUEIROS, Luiz (ed.) Fernando Távora, Lisboa, Ed. BLAU, 1993.

Documentários/Filmes:

As Operações SAAL. João Dias. Lisboa, MIDAS FILMES, 2007.

Os Índios da Meia Praia. António da Cunha Telles. Lisboa, COSTA DO CASTELO FILMES, 1976 (<https://www.youtube.com/watch?v=pFeT4W0OaMg>).

Paulo David, “Em Reportagem”, RTP-M

(https://www.youtube.com/watch?v=mH_Nok5JWj8).

Sergio Fernandez: SAAL em Portugal (IX Seminário Internacional: Habitação - Infraestrutura, espaço público e gestão) (<http://escoladacidade.org/bau/sergio-fernandez-saal-portugal/>)

Websites:

“...do Porto e não só” (<http://doportoenaoso.blogspot.pt/>)

Público online, José Manuel Lopes Cordeiro, “O Bairro do Monte Pedral”, (consultado 3.2.2015) (<http://www.publico.pt/local-porto/jornal/o-bairro-do-monte-pedral-133935>)

Teses:

FERNANDES, Eduardo, A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Área de Conhecimento de Teoria e Projecto. Universidade do Minho - Escola de Arquitectura, 2010.

LEITÃO, Maria Margarida de Albuquerque, O Bairro da Bouça - Um contributo para o entendimento do SAAL no debate da Habitação Social, Tese de Mestrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2010.

PEREIRA, Eliana Rodrigues, O despertar do sonho possível: reflexões sobre a viabilidade e actualidade do projecto SAAL para S. Vitor, Tese de Mestrado em Arquitectura, Universidade do Minho - Escola de Arquitectura, 2010.